



NACIONAL + pag/4

Um ano da expulsão do POR e construção do PPRI

NACIONAL São Sebastião + pag/6

UM ANO APÓS A TRAGÉDIA CRIMINOSA, OS MORADORES CONTINUAM A LUTAR CONTRA OS GOVERNOS PELOS SEUS DIREITOS

NACIONAL + pag/10 a 12

LEILÃO DA LINHA 7 E DO TREM INTERCIDADES SE REALIZA SEM QUALQUER REAÇÃO COLETIVA DAS MASSAS

VÊM AÍ, AS CAMPANHAS SALARIAIS.

EDITORIAL
+ pag/3

Unificar os assalariados, nas categorias e entre elas, para derrotar, com a luta de classes, os governos e os patrões!

NACIONAL + pag/13

Apesar de estar sob forte pressão do judiciário, bolsonarismo faz um ato multitudinário na Av. Paulista

SINDICAL + pag/22

O concurso público da rede estadual de São Paulo é um instrumento do desemprego

SINDICAL + pag/24

Confirma-se a política divisionista e corporativista da burocracia do Sinpeem

INTERNACIONAL + pag/31

Sem o apoio dos EUA, as forças da OTAN na Ucrânia retrocedem, e a Rússia avança. Mas para onde?

MOVIMENTOS

GENOCÍDIO PALESTINO

Ato SP / 02-03

A política democratizante e eleitoralista é um freio a um massivo e radicalizado movimento de massas contra o sionismo em nosso país

+ pag/16

Ato SP / 17-02 + 24/02

ATOS EM SP CONTRA O GENOCÍDIO NA PALESTINA

+ pag/18



PALESTINA

Pela derrota do imperialismo e do sionismo

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

VÊM AÍ, AS CAMPANHAS SALARIAIS.

Unificar os assalariados, nas categorias e entre elas, para derrotar, com a luta de classes, os governos e os patrões!

As direções sindicais governistas impuseram a colaboração dos sindicatos com a política econômica do governo burguês de frente ampla, que na sua essência é a de cortar gastos em benefício de zerar o déficit fiscal e assim garantir o sustento do parasitismo financeiro pelas contas públicas. O reajuste zero do funcionalismo federal é mais um ataque às condições de vida e trabalho dos servidores federais, incluída aí a educação superior pública. Diversos sindicatos de funcionários públicos pelo país, nos estados e municípios, também estão em campanha salarial. E vários sindicatos de indústrias e serviços vão entrar em campanha salarial logo mais. A tendência geral das direções sindicais é a da centralização política pelo governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, ou seja, a de subordinar as reivindicações dos assalariados às necessidades políticas (proximidade das eleições municipais, ampliar a base de sustentação no parlamento) do governo. O que vai levar à contenção dos movimentos e à negociação no campo dos ataques impostos pelos patrões e governos, atual forma da colaboração de classes das direções com os capitalistas e os governantes. Para isso, as direções sindicais burocráticas e conciliadoras apontam a via do parlamento e da judicialização como meios “democráticos” de reivindicar as necessidades mais sentidas pelas massas.

As campanhas salariais já foram momentos, no passado, de unidade das

Uma verdadeira campanha salarial de luta se organiza a partir das mais sentidas reivindicações dos assalariados. A direção deve estar dentro da classe, e ouvi-la em suas reais necessidades, não ditá-las aos trabalhadores. A partir do levantamento das reais necessidades das massas, a direção deve buscar a unificação delas ao redor de uma plataforma de reivindicações, e esta deve ser propagandeada ao máximo possível como o elemento de unidade na classe.

categorias e entre diferentes categorias, para lutar por meio da mobilização ao redor das reivindicações comuns. Hoje, no entanto, são em grande parte usadas pelas direções conciliadoras para fazer o oposto: para impor, ao conjunto das categorias, as demandas patronais e governamentais, por meio das negociações em forma de farsa e das vias jurídico-parlamentares. As direções burocráticas usam as campanhas salariais para evitar que movimentos que possam se levantar espontaneamente

possam ser sufocados pelo acordo mais geral e por cima da classe.

Uma verdadeira campanha salarial de luta se organiza a partir das mais sentidas reivindicações dos assalariados. A direção deve estar dentro da classe, e ouvi-la em suas reais necessidades, não ditá-las aos trabalhadores. A partir do levantamento das reais necessidades das massas, a direção deve buscar a unificação delas ao redor de uma plataforma de reivindicações, e esta deve ser propagandeada ao máximo possível como o elemento de unidade na classe. Em cada unidade fabril ou de trabalho, a direção estimula a livre organização local para fortalecer a campanha salarial. A assembleia geral é convocada para discutir e aprovar as reivindicações, os métodos de luta para conquistá-las, e as formas organizativas correspondentes e necessárias para impulsionar a mobilização unitária (comandos de greve, de negociação, fundo de greve, etc.). Todas as instâncias do sindicato, bem como todas as formas organizativas criadas para a campanha salarial, devem estar subordinadas à assembleia geral, que é soberana em suas decisões. Cada negociação deve ser preparada pela assembleia geral e as formas organizativas que ela cria. Nas negociações, os indicados pela assembleia geral devem apenas defender as reivindicações discutidas e aprovadas coletivamente, jamais rebaixando-as em busca de acordos, e obter as propostas da parte patronal, sem nunca aceitá-





las antes de discussão e aprovação pela assembleia geral. A negociação deve servir para impulsionar a mobilização, e não para amortecê-la.

As campanhas salariais podem e devem buscar a mais ampla unidade, inclusive entre categorias distintas. Em 1985, em São Paulo, houve uma campanha salarial unificada entre diversas categorias. O Sindicato Metalúrgico era dirigido, como hoje, por uma burocracia direitista, que jamais concordaria em fazer uma campanha salarial unificada. Mas nas fábricas existia uma forte organização da oposição metalúrgica, que realizou uma intensa campanha de unificação das campanhas salariais junto a outras categorias, diretamente nas fábricas e desconhecendo a direção burocrática, e ela aconteceu e obrigou a negociações conjuntas, e a uma greve e manifestações de rua unificadas.

É preciso retomar essas experiências de campanhas salariais, ultrapassando as direções burocráticas colaboracionistas e traidoras das reais necessidades das massas. O capitalismo em decomposição – fase imperialista, de esgotamento econômico e retrocessos em toda linha – afundará cada vez mais em suas contradições internas, colocando as massas atacadas de um lado em oposição à burguesia e seus governos de outro. As possibilidades de contenção dos movimentos pelas direções tendem a ficar cada vez mais estreitas, por conta da impossibilidade da concessão de migalhas e necessidade de aumento dos ataques às condições de vida e trabalho das massas. Os sucessivos levantes e movimentos das massas que temos visto nos últimos

Os sucessivos levantes e movimentos das massas que temos visto nos últimos anos, ainda que sem direções à altura, expressam o agravamento dessas contradições.

anos, ainda que sem direções à altura, expressam o agravamento dessas contradições. Cria-se um terreno fértil para a construção de direções revolucionárias.

As guerras que se travam no Leste Europeu – Ucrânia – e no Oriente Médio – Palestina – indicam a necessidade do imperialismo, em particular o estadunidense, de promover a destruição em massa das forças produtivas alheias, enquanto se beneficia imediatamente com a fabricação e venda de armamentos. A economia ianque cresceu no último ano, enquanto a Europa se estagnou ou retrocedeu. É preciso levar em conta o orçamento militar de US\$ 900 bilhões de dólares, investidos a perder de vista, sem necessidade nem dependência de oferta ou procura de mercado. A produção de armamentos, que sustenta o genocídio na Palestina e os ataques da OTAN à Rússia na Ucrânia, é uma tábua de salvação para o imperialismo. Mas não é suficiente. Para os EUA, é preciso destruir as forças produtivas nacionalizadas da Rússia e principalmente da China, que se torna dia a dia em maior potência econômica e tecnológica mundial, para por meio da recomposição da destruição criar condições de sobrevivência do capitalismo moribundo.

Em toda parte, o imperialismo pressiona para que os governos dos países do mundo tomem medidas para garantir o sustento do parasitismo financeiro e maior exploração da força de trabalho, desregulamentando-a.

Com suas particularidades e ritmos diferentes, todos esses governos aplicam essas medidas de ataques às condições de vida e trabalho das massas. Na vizinha Argentina, as frações da burguesia nacional discutem por dentro da democracia burguesa – parlamento e justiça – os ataques ditatoriais e de esmagamento das massas, de forma a garantir os ganhos dos capitalistas, de dentro e de fora do país, à custa da miséria das massas.

Por meio da experiência, as massas vão se chocando com as direções burocráticas que pretendem controlá-las ou limitar ao máximo sua mobilização. Prova-se que é imprescindível que atue nos movimentos a militância com o programa que expressa a experiência histórica, a consciência do movimento que as massas realizam, movidas pelas contradições objetivas do capitalismo. Esse é o papel do partido revolucionário, que tomamos como tarefa para construir. A ação revolucionária depende da teoria revolucionária, e esta se eleva com a assimilação crítica da experiência das massas, por meio da elaboração coletiva. Tomamos esses ensinamentos da trajetória do socialismo científico, e temos a tarefa de passá-lo adiante, de forma que o movimento do proletariado possa se fundir com ele, quando desenvolver sua luta revolucionária para destruir o poder da burguesia e substituí-lo pelo poder das massas, tendo à frente o proletariado. ●

Um ano da expulsão do POR e construção do PPRI

Em 22 de janeiro de 2023, a Fração G. Lora teve dois de seus militantes excluídos do POR brasileiro, e os demais deveriam fazer uma autocrítica (uma imposição burocrática da direção) se quisessem permanecer no partido. A medida foi decidida pela direção com base no descumprimento da “proibição da participação” dos militantes da Fração na Conferência Regional do Nordeste, aprovada a toque de caixa no CC para impedir o debate das divergências, apesar da autorização de participação de não militantes do partido nesse encontro. Note-se que a proibição de militantes de participar de uma instância do partido para defenderem sua posição violou flagrantemente os estatutos, que permitem essa defesa em todas elas. Segundo os Estatutos do POR, a direção tem soberania para decisões de aplicação prática do programa e da linha política do partido, mas não pode decidir por cima dos mesmos estatutos, que só podem ser modificados por um Congresso Nacional do partido, que é o único órgão soberano com direito a isso. É também um direito estatutário de um militante defender suas posições em todas as instâncias do partido, e jamais poderia ser cassado por uma proibição da direção. Menos ainda por divergência política, o que configura mais uma violação dos estatutos, que garantem o direito de livre divergência ao militante em todas as instâncias.

Também é garantido pelos estatutos o direito de Fração e de Tendência. A

Tendência se forma ao redor de divergências da linha política. A Fração se organiza ao redor de divergências programáticas. A Fração G. Lora se organizou após o XVI Congresso do POR, que resultou na quebra de uma série de fundamentos programáticos pela maioria da direção e aplicação prática de outro programa, sem nenhum tipo de método crítico e autocrítico, e ao redor de revisões de princípios defendidos por 3 décadas. Conceitos elementares de “classe”, “caráter de classe do estado”, “caráter da propriedade”, “reforma, revolução e contrarrevolução”, “país imperialista”, “país semicolonial”, “capital financeiro”, “burocracia”, “autodeterminação de nacionalidades”, “derrotismo revolucionário”, “política revolucionária para as eleições”, “golpe de estado”, “regime político e governo”, “democracia burguesa”, todos foram deformados e adaptados ao revisionismo que se implantou. A Fração G. Lora os combateu em todo momento em que se colocaram, nacional e internacionalmente, no Cerqui (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional), até sua exclusão do partido.

Imediatamente, procurou a reorganização ao redor do programa e dos princípios herdados dos tempos do POR de Guillermo Lora, até sua morte (2008). A organização da Fração G. Lora em partido foi uma necessidade imediata de defesa do programa que vem sendo liquidado pelo revisionismo. Assim surgiu o PPRI, e o jornal *O Internacionalista*, na

contradição de ter um programa mas ainda não possuir a organização que lhe corresponde, a ser constituída em um Congresso Nacional. Temos trabalhado para que o avanço da compreensão coletiva da militância resulte num Congresso real, contrariamente à aprovação de programa e resoluções de forma despolitizada e assentada meramente em confiança política, como ocorria no POR. A elaboração coletiva tem sido expressa no jornal mensal, editado disciplinadamente por um ano, e nos manifestos e boletins que nortearam a ação da militância que se organizou para preservar a tradição de um programa que tem suas raízes em décadas de luta programática e prática do POR boliviano histórico, que hoje não existe mais política e programaticamente, e que foi transformado numa organização encabeçada por dirigentes incapazes de preservar o programa e aplicá-lo na realidade concreta, subordinando-se aos delírios revisionistas importados do Brasil.

A importância de um ano de luta pela construção de um partido proletário revolucionário internacionalista se mede não pela data ou pelo tamanho da organização, e sim avaliando se as caracterizações e prognósticos elaborados desde os tempos da Fração G. Lora se confirmaram ou foram circunstanciais ou errados. Estamos publicando um folheto com críticas atuais às formulações da direção do Cerqui e comuns às suas seções nacionais. Verificamos pelos acontecimentos

A elaboração coletiva tem sido expressa no jornal mensal, editado disciplinadamente por um ano, e nos manifestos e boletins que nortearam a ação da militância que se organizou para preservar a tradição de um programa que tem suas raízes em décadas de luta programática e prática do POR boliviano histórico, que hoje não existe mais política e programaticamente, foi transformado numa organização encabeçada por dirigentes incapazes de preservar o programa e aplicá-lo na realidade concreta, subordinando-se aos delírios revisionistas importados do Brasil.

e pelas formulações revisionistas atuais da direção do Cerqui que a Fração G. Lora, primeiro, e o PPRI, depois, acertaram na análise e desenvolvimento das caracterizações e formulação de bandeiras que correspondem ao desenvolvimento da luta de classes mundial e nacional. E que a direção do Cerqui golpeou a organização construída por G. Lora de forma fatal, impondo seu revisionismo, que aproxima

cada vez mais o partido das políticas do centrismo. Basta ver a recente formulação de exigência de “unidade das correntes de esquerda na luta anti-imperialista”, quando a tradição marxista leninista trotskista é a defesa da unidade DAS MASSAS para a luta contra a burguesia em todas as frentes; ou a nova formulação estratégica do POR boliviano, de um “governo operário, camponês e de todos os oprimidos”, tão combatida por G. Lora em vida como um desvio do marxismo (“oprimidos” não é classe).

A edição do jornal *Massas brasileiro* (706) contém uma revisão da revisão da política sobre a guerra na Ucrânia. Até o 706, as bandeiras eram de “retirada das tropas russas da Ucrânia, fim da guerra e por uma paz sem anexações”, que resultaria numa indiscutível vitória da OTAN contra a Rússia. Agora, acabam de lançar na capa do jornal a bandeira de “Deter a ofensiva dos EUA, UE e OTAN contra a Rússia”, que é uma reviravolta total de se colocar ao lado da Rússia contra a OTAN. No jornal, não há qualquer explicação sobre a revisão da revisão. Da mesma forma como foi feita a primeira revisão, em fins de 2021. A troca de posição como quem troca de roupa, sem nenhuma explicação, é própria das correntes centristas, oportunistas, que não prezam pela elaboração do programa, que só pode ser feita a partir da crítica e autocrítica, como defendia G. Lora.

Basta comparar as formulações desde novembro de 2021 sobre a disputa eleitoral, quando afirmavam que Moro seria o can-



A elaboração coletiva tem sido expressa no jornal mensal, editado disciplinadamente por um ano, e nos manifestos e boletins que nortearam a ação da militância que se organizou para preservar a tradição de um programa que tem suas raízes em décadas de luta programática e prática do POR boliviano histórico, que hoje não existe mais política e programaticamente

didato da burguesia com apoio do PSDB (manifesto de 21/11/2021), passando pela colocação de que “a burguesia não quer Lula”, que Lula seria uma imposição das massas à burguesia, a qual queria manter Bolsonaro, que a defesa do voto nulo (do programa) deveria subordinar-se à defesa das reivindicações das massas, que estava havendo um golpe e que a tarefa central das massas seria combater esse

golpe em defesa do resultado das urnas, e que, depois disso tudo, o governo Lula seria expressão da mudança do governo nos EUA, com Biden no lugar de Trump, e por aí foi. O abandono do programa e princípios em nível internacional condicionou a fundo a política do POR no Brasil.

O que explica a degeneração das direções do POR e do Cerqui é que as pressões das classes sociais e das

suas camadas sobre o partido é constante. Apesar dos mais de 70 anos de luta programática do POR boliviano em seu país e internacionalmente (o POR jamais abriu mão de construir um partido mundial da revolução socialista), a perda do vínculo com a classe operária (vínculo que o POR brasileiro não chegou a criar) e a ligação mais estreita com a pequena burguesia e academia das universidades foi minando a direção e a tornando permeável ao impressionismo teórico e culturalismo dominantes, que são avessos ao materialismo dialético. A ligação histórica de G. Lora com o proletariado mineiro foi perdida com sua morte. As pretensões de certos militantes com titulação acadêmica os levaram para as sendas do revisionismo centrista. Mas ocupam aí apenas a beirada das barracas, que já estão lotadas com os revisionistas que se alojaram aí há 3 ou mais décadas. Não terão futuro. A decomposição do capitalismo segue seu rumo, e as contradições resultantes empurrarão as massas para o caminho da luta de classes e para as posições históricas do socialismo científico. A construção do partido proletário mundial, vinculado ao proletariado nas suas lutas e sobre a base do programa revolucionário, é o meio que acelerará esse processo e, com sua fusão com esse movimento, o levará à revolução proletária e mundial. Esse prognóstico histórico, formulado por Lenin e Trotsky, e reafirmado por G. Lora, permanece válido. ●

Mãos à obra para construí-lo.

**São Sebastião / LN**

Um ano após a tragédia criminosa, os moradores de São Sebastião continuam a lutar contra os governos pelos seus direitos

Nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2023, choveu quase 700 milímetros na costa sul de São Sebastião/SP. A enxurrada resultante da chuva fez deslizarem os morros, sobretudo na vila Baiana, ceifando 63 vidas, e deixando mais de uma centena de feridos e desabrigados. A vila, que também é conhecida como Sahy, é o retrato fiel da diferença entre ricos e pobres em todo o Brasil. Na região, a rodovia Rio Santos separa o lado da praia, onde se localizam as mansões, os hotéis e pousadas de ricos e milionários de todo o país; e do outro lado, nos casebres nas escarpas da serra do mar, localiza-se a população pobre que constrói e mantém com sua força de trabalho o luxo na faixa de areia.

As terras da região vêm sendo ocupadas há décadas por aqueles que não têm condições de alugar ou comprar moradias. Na sua história, teve três momentos de ocupação: o primeiro, quando ainda sob o governo Vargas se decretaram as Estâncias Balneárias Brasil afora. Nesse momento, São Paulo vai regulamentar as suas um pouco mais à frente, em 1969. A partir desse momento, grileiros da capital e de outros lugares descem para o litoral, expulsando as caíças à bala, outra parte era atraída para as cidades, trocando suas terras à beira da praia por uma casa na cidade com banheiro. O segundo momento foi o da construção da Rodovia Rio Santos (BR101), que passou a cortar a região em dois, entre os anos de 1970 e 1980, ampliando o acesso ao litoral, e fazendo crescer o turismo na região. É nesse momento

que o crescimento da construção civil atrai trabalhadores das regiões mais pobres do Brasil, inclusive do Nordeste, para a construção da rede hoteleira e das casas de veraneio da burguesia e pequena burguesia. O terceiro momento é o da descoberta do Pré-sal e da ampliação do porto de São Sebastião, que se realiza junto à duplicação da rodovia dos Tamoios.

Em todos esses momentos, vai haver um aumento significativo do crescimento da população, que cresceu 5 vezes mais que a do Brasil, no geral. Na comparação dos últimos 50 anos, a cidade cresceu 579%, enquanto o país teve um crescimento de 118%. Segundo dados do IBGE, a cidade saiu de pouco mais de 12 mil habitantes para os atuais 81,5 mil moradores. É importante destacar ainda que a cidade tem uma população “flutuante”, que possui casas na cidade, mas não moram nelas, assim como de turistas que ficam nas pousadas e hotéis em épocas específicas, como na virada do ano e carnaval. Nesses momentos, o número pode chegar até 1,5 milhão, segundo dados da Secretaria de Turismo e Polícia Militar. Durante a Pandemia, com o trabalho de home office, uma parcela de assalariados e administrativos deixaram a capital para ficar na praia, trabalhando remotamente. Dados do IBGE apontam ainda que o número de domicílios cresceu 1.108%, desde os anos de 1970, porém, a maior parte desse crescimento é para atividades e serviços do turismo. Boa parte das casas ficam fechadas na maior parte do ano, além das pousadas e hotéis.

Dados do IBGE apontam ainda que o número de domicílios cresceu 1.108%, desde os anos de 1970, porém, a maior parte desse crescimento é para atividades e serviços do turismo. Boa parte das casas ficam fechadas na maior parte do ano, além das pousadas e hotéis.

Outro problema é que, das cidades do Litoral, São Sebastião foi a que menos investiu em moradias populares. Em 2020, a prefeitura tinha um projeto de construção de 220 casas em um terreno da prefeitura, a 500 metros da praia de Maresias, vizinho do condomínio de luxo Angra I. A Sociedade Amigos de Maresias (SOMAR), entretanto, fez pressão contra o prefeito Felipe Augusto (PSDB) para que o projeto não avançasse, por não querer a população pobre ao seu entorno porque, do ponto de vista burguês, desvaloriza as propriedades luxuosas e os bairros, além dos preconceitos racistas contra a população pobre. Não obstante, não foi esse o motivo publicitado: os “bacanas” alegaram “falta de infraestrutura do local” para esconder seus reais interesses de classe. O prefeito assimilou a pressão dos moradores e não construiu as casas. Essa decisão contribuiu, depois, para a tragédia posterior, e fez do prefeito um cúmplice dela, ao se negar a resolver o problema das moradias da população assalariada. Outras 180

casas que seriam feitas próximas ao centro, no bairro Topolândia, também não foram erguidas, por estarem na mesma licitação derrubada pelos ricos. Essa situação foi denunciada pelo jornal O Globo, em 23 de fevereiro de 2023, e ela é importante para mostrar que o problema não foi somente o excesso de chuvas, mas, sobretudo, a política de valorização de propriedades burguesas e dos interesses imobiliários de um setor dos capitalistas, em detrimento das necessidades de moradias populares.. Aqui fica claro que a crise do capitalismo (rebaixando as condições de vida e os salários) e a especulação imobiliária são os maiores culpados, conforme colocamos em nossa primeira Edição do *Jornal O Internacionalista número 1*.

Após a comoção nacional pelo número de mortos, esteve na região o presidente Lula, juntamente com o governador Tarcísio de Freitas, que juntamente com o prefeito, prometeram “não medir esforços” para reconstruir os locais que foram atingidos, apontando investimentos na região, inclusive para construir casas populares aos moradores das “áreas de risco”. A comoção não durou 10 meses, quando o governo conseguiu na justiça uma autorização para demolir quase 900 casas na vila onde ocorreu a tragédia. Pressionado pelas manifestações dos moradores, que se organizaram em Comitês de Defesa das Moradias, pelo ministério público e possivelmente pela proximidade das eleições municipais, o governo “desistiu das demolições”.

No início do mês (03/02), foram entregues 186 casas em Maresias; no dia 19 de fevereiro, data que completa um ano do ocorrido, foram entregues mais 518 casas no bairro Baleia Verde, próximo à praia de Camburi. A área de construção das casas sofreu inundações, enquanto as obras estavam no início. Segundo o governo do estado, foram gastos cerca de R\$ 260 milhões na construção. Não obstante, os moradores têm denunciado que as moradias são feitas com drywall, um material pouco resistente para o clima da região, mas barato o suficiente para dar enormes margens de lucro às construtoras. Reclamam ainda do limitado tamanho das casas (apenas 41 m²) e do aumento da concentração de pessoas em um espaço reduzido: são cerca de 30 prédios de 4

pavimentos, e apenas 38 casas térreas. Existem também relatos de moradores que perderam tudo e não foram cadastrados pela defesa civil ou pela CDHU, enquanto uma parte dos atingidos foi pressionada pela prefeitura a voltar para seus estados de origem.

Segundo dados do governo do estado, está sendo investido um montante de R\$ 800 milhões. De acordo com a prefeitura, somente em obras de infraestrutura na vila Sahy já estão sendo gastos R\$ 123 milhões. Para incentivar a economia da região, foram oferecidas linhas de créditos na ordem de R\$ 283 milhões para os empresários do turismo. A rodovia Rio-Santos, que chegou a ter 84 pontos de deslizamentos, segue em obras com investimentos de R\$ 57,1 milhões, e na rodovia Mogi-Bertioga foram investidos mais de R\$ 9,4 milhões.

Nas manifestações que acompanhamos dos moradores em dezembro do ano passado, contra a tentativa do governo em demolir um terço da vila, era visível que as áreas nobres que também foram afetadas, bem como as rodovias, estavam a todo vapor. Porém, nas áreas mais pobres, sobretudo a vila Sahy, sertão do Camburi, Topolândia, sertão de Maresias, Tropicanga, entre outros, as obras são vagarosas, colocando mais uma vez em risco os moradores, que passaram a conviver com os maquinários, movimentações de terra e materiais de construção, e seus barulhos. Em alguns lugares, a prefeitura apenas despejou de forma grosseira concreto nas ruas próximas aos morros, e mais nada: é o caso de Boiçucanga.

Todavia, existe uma política eleitoral e divisionista que atrapalha os movimentos em defesa das moradias. Há a influência da prefeitura (PSDB) por meio das associações de bairro, onde a maior parte delas são próximas ao governo municipal. Há também uma política eleitoral desenvolvida pelo PT e PSOL que, de forma oportunista, tenta cooptar os moradores para seus interesses e, assim, acabam servindo ao divisionismo do movimento, sob a ilusão da política jurídico/parlamentar. No dia do ato, estávamos inscritos para fazer uma fala em defesa da unidade e da independência perante os governos, mas foi sabotada pela batucada.

Como podemos perceber, dinheiro para encher o bolso das empreiteiras

não falta, e a burguesia e pequena burguesia abastada são as primeiras a terem resolvidas suas necessidades. Fica claro que a burguesia e seus governos são demagogos, não estão preocupados com a condição de vida das massas. Os orçamentos que chegam desde Brasília, passando pelos estados e municípios, por sua vez, são controlados por quadrilhas de empreiteiros que envolvem as diferentes estruturas do poder burguês.

Passado um ano do crime, que tem por base material a profunda crise capitalista, e sobre a qual se manifestam os interesses da especulação imobiliária, as inúmeras famílias que continuam nas áreas de risco estão expostas à possibilidade de novas tragédias e novas perdas de suas moradias. Segundo os cientistas e meteorologistas, o aquecimento da Terra, fruto da emissão de CO2 e outros poluentes na atmosfera, coloca o planeta numa nova “Era de problemas climáticos extremos” como já foi manifestado em todo o Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dentre outros exemplos.

Passado um ano do crime, que tem por base material a profunda crise capitalista, e sobre a qual se manifestam os interesses da especulação imobiliária, as inúmeras famílias que continuam nas áreas de risco estão expostas à possibilidade de novas tragédias e novas perdas de suas moradias.

A burguesia, enquanto classe dominante, diante da crise estrutural do capitalismo, não pode proteger os explorados desses eventos. A pandemia foi outro exemplo da incapacidade da burguesia em proteger a vida da população assalariada.

Os governos (federal, estadual e municipal) primeiro se interessam em proteger os interesses imobiliários e os negócios dos capitalistas, da burguesia e da pequena burguesia abastada, mas não têm a mesma **continua** →

disposição de resolver os problemas de moradias em condições dignas para a população assalariada e desempregada, que moram nas encostas dos morros e estão submetidos a todo tipo de desgraça natural e social. Não é confiando nas promessas e aguardando a boa disposição dos governantes que os pobres e miseráveis irão resolver os problemas de moradias dignas, das redes de esgoto, energia e água necessárias para que os bairros operários e populares sejam locais minimamente dignos para o descanso e lazer. Somente com a organização e ações coletivas,

confiando em suas próprias forças, na base da democracia direta (operária), decidindo coletivamente o plano de reivindicações e os métodos para conquistá-las, que imporão ao governo que responda, imediatamente, às suas necessidades mais básicas. Ao invés de confiar, devem exigir dos governos que apresentem um plano de obras públicas para a construção de moradias, redes de esgoto e água, rede elétrica, construção de barreiras e estrutura para evitar novas tragédias, de ruas e implementação de serviços de transporte, em quantidade e qualidade su-

ficientes para garantir o deslocamento ao trabalho e de volta para casa, espaços de lazer, etc. E devem, ainda, impor aos governos o controle coletivo dos operários da construção civil e dos moradores desse plano, dos investimentos necessários, o orçamento, etc.

É necessário dar um primeiro passo, organizando as assembleias de base de bairro para discutir esse plano de luta, convocando os operários e assalariados da região a se solidarizarem com a luta dos moradores, que é a de todos os assalariados por condições dignas para viver. ●

AMEAÇA DE RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS (TPAs)

É preciso responder com os métodos da ação direta!

No final de janeiro, a Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP), entidade patronal que representa os Operadores Portuários, ingressou com uma ação judicial no STF para que seja declarada inconstitucional a “exclusividade” prevista na Lei dos Portos. A referida “exclusividade” garante aos Trabalhadores Portuários Avulsos (estivadores, arrumadores, conferentes e vigias de embarcação, categoria que conta com aproximadamente 50.000 operários em todo o país) que, toda vez que houver movimentação de carga dentro dos Portos Organizados os Operadores Portuários, se precisam requisitar os TPAs para o serviço.

A garantia do trabalho nos portos públicos foi conquistada pelos TPAs no Brasil na década de 1930. Ao longo das décadas seguintes, fruto das diversas

lutas, foram conquistados diversos direitos trabalhistas, consolidados nos acordos coletivos. A entidade patronal busca, no STF, justamente, contornar estas conquistas, e rebaixar os salários e direitos dos trabalhadores portuários. Se for retirada a “exclusividade” dos TPAs na realização do trabalho de movimentação, e de carga e descarga nos portos, isso significa que o mesmo trabalho poderá ser realizado por contratados temporários ou terceirizados, o que ainda abre caminho às demissões e recontrações de TPAs, sob modalidades precarizadas de trabalho.

Diante dessa ameaça, a Federação Nacional dos Estivadores (FNE) e a Federação Nacional dos Conferentes e Arrumadores (Fenccovib) convocaram assembleias conjuntas das categorias avulsas nos portos nacionais, recomendando

a aprovação do estado de greve. Na assembleia do Porto de São Sebastião (SP), aprovou-se o estado de greve e um chamado para que os demais sindicatos aprovelem estado de greve e uma mobilização unitária, nacional, para garantir os direitos historicamente conquistados.

No dia 23 de fevereiro, foi realizada uma Plenária Nacional das Federações, que decidiu pelo estado de greve, aprovado em todas as bases, e pela criação de uma Frente Parlamentar Ampla para “equilibrar a correlação de forças no âmbito do Congresso Nacional”. Trata-se de um desvio democratizante do caminho da luta pela via das ações coletivas de massas! A força dos trabalhadores portuários avulsos, capaz de reverter a correlação de forças, está em sua organização nos locais de trabalho, na capacidade de paralisar a movimentação dos portos,

de fazer greves, de forma nacional e unitária. ●

Não basta expressar a oposição ao ataque e declarar estado de greve. Os TPAs devem iniciar imediatamente uma mobilização nacional nos portos, com assembleias, atos de rua, paralisações e greve. Os sindicatos portuários, federações e centrais sindicais têm o dever de impulsionar a luta nacional dos portuários em defesa dos seus trabalhos!

Destruição dos empregos formais e rebaixamento salarial

No final de 2023, os editoriais econômicos dos jornais burgueses e dos sindicatos governistas estavam festejando o fato de que o número de ocupados havia ultrapassado a marca dos 100 milhões de trabalhadores (102,2). As taxas de desemprego oficial também recuavam em relação aos anos anteriores, tendo fechado no quarto trimestre de 2023 em 7,4%, segundo o IBGE. No trimestre anterior, estiveram em 7,5%, estando dentro da estabilidade. Na média, fechou em 7,8% em 2023. Os números, no entanto, escondem a realidade da destruição dos empregos formais, com carteira assinada, e o rebaixamento salarial geral, além das perspectivas negativas para 2024.

Conforme o IBGE, o desemprego deve ficar em média em 8% em 2024, ainda em um quadro de estabilidade, mas superior ao de 2023. Quanto aos 100 milhões de ocupados, a maior parte é informal ou trabalhador por “conta própria” (multiplicam-se os terceirizados que precisam de “empresas individuais”). Em dezembro, 37,4 milhões eram trabalhadores formais, enquanto os “por conta própria” somavam 25,6 milhões, e a informalidade chegava a 39,2 milhões de trabalhadores. O número de informais praticamente não se alterou de um ano para o outro, mostrando que a maior parcela dos trabalhadores brasileiros continua sem qualquer direito trabalhista, à mercê de todo tipo de exploração e salários mais baixos. De 2015 para cá, é o maior número absoluto de empregos informais, quando então o número estava em 35,3 milhões.

Outro número festejado foi o de 1,48 milhão de empregos formais criados, mas o número representa uma tendência de queda no crescimento desses postos de trabalho. No início de 2023, o Ministério do Trabalho projetava a criação de 2 milhões desses empregos formais, no que seria igual ao de 2022, quando houve criação de 2,01 milhões, no entanto, o resultado revela o enfraquecimento da economia. Como em outros anos, quem mais empregou formalmente foram os serviços, com mais

de 886 mil postos, seguido do comércio, com mais de 276 mil; a construção aparece com mais de 276 mil, e a indústria, com mais 127 mil. A agropecuária, que tem puxado o PIB para cima, empregou apenas 34 mil trabalhadores formalmente, o que mostra seu papel mais parasitário em relação à produção de riquezas nacionais: produz para a exportação e emprega pouco. Os serviços e o comércio, por sua vez, mesmo que empreguem sempre mais, dependem da indústria e da agropecuária, o que coloca como tendência o crescimento do desemprego no longo prazo, já que indústria continua fechando e o agro-negócio pouco emprega, e do aumento da informalidade, tanto em números absolutos quanto percentuais.

SALÁRIOS CONTINUAM CAINDO

Deu-se destaque, sobretudo na mídia sindical, ao fato de que a massa salarial caiu 12%, entre 2016 a 2021. Segundo os cutistas, isso esteve ligado à política de “desvalorização do trabalhador” pelos governos de Temer e Bolsonaro. Para os burocratas, a economia é movida só pela vontade dos governantes, e não pelas relações de produção nacional e internacional, que foram aprofundando a desindustrialização e primarizando ainda mais a economia brasileira; tendências que o governo Lula não começou a reverter e não reverterá, mesmo que prometa uma “nova política industrial”.

Em 2016, a massa salarial correspondia a 35,5% do PIB; no final de 2021, estava em 31%; enquanto isso, o lucro dos capitalistas teria aumentando de 32,3% para 37,5% (no excedente operacional bruto das empresas). Claramente, um resultado do aumento da terceirização e da flexibilização trabalhista com a Reforma Trabalhista, de 2017. Mesma contrarreforma cuja luta contra foi abandonada pela burocracia sindical, quando das greves gerais no primeiro semestre de 2017.

Quando olhamos para a média salarial, a situação só piorou na última década. A média de salário, em dezembro de 2023, foi R\$ 2.026, algo 0,3% inferior a novembro. No ano, o rendimento

médio esteve em R\$ 2.979, um aumento de R\$ 199 em relação a 2022, mas ainda abaixo da maior média que foi alcançada em 2014, com R\$ 2.989.

Assim, seja olhando para os números do emprego formal ou da média e massa salarial, o que temos é uma piora das condições de vida dos explorados. O governo Lula não revogou, nem revogará as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro, o que demonstra a hipocrisia dos petistas ao querer relacionar a situação apenas às decisões administrativas dos governos direitistas; o atual governo não retornará às condições de crescimento econômico pré-crise de 2015, o que manterá as tendências de rebaixamento salarial e de subemprego para a maioria nacional.

... seja olhando para os números do emprego formal ou da média e massa salarial, o que temos é uma piora das condições de vida dos explorados.

Assim, a luta pelos salários e pelos empregos passa pela luta contra as ilusões que a economia burguesa produz, com seu “otimismo” falso, e contra as posições da burocracia sindical, que não combate nenhum dos governos e dos capitalistas, nem os de esquerda nem os de direita. É preciso erguer a luta pela redução das jornadas de trabalho combinada à luta pela escala móvel das horas de trabalho, no combate geral por emprego a todos. Também é preciso defender os salários dos processos inflacionários e da retirada de direitos, por meio da defesa da escala móvel de reajuste e da defesa do salário mínimo vital. Essas reivindicações elementares podem levantar a classe e a maioria nacional contra os capitalistas e seus governos e colocar contra a parede as burocracias sindicais, garantindo a defesa da vida das massas. ●

Aumenta o sofrimento dos YANOMAMI, *ainda sob o governo Lula*

O povo Yanomami vem sofrendo severas violências com a presença do garimpo em suas terras. As doenças, conflitos, fome, desnutrição e morte de dezenas de crianças aumentaram em 2021, com o avanço do garimpo e agronegócio, sob o governo Bolsonaro. Essa situação foi denunciada pela associação Hutukara Associação Yanomami, e outras organizações indígenas e movimentos sociais. Apesar de se ter agudizado nesse período, essa violência ocorre há muito tempo. Em 1993, ocorreu um massacre na terra Yanomami em que garimpeiros assassinaram 16 indígenas, sem contar as mortes por epidemias que assolaram o povo na década de 1970. É uma violência histórica, que só aumenta e torna as comunidades indígenas cada vez mais vulneráveis.

É indiscutível que, sob o governo Bolsonaro, essa situação piorou, mas, mesmo um ano depois que o governo Lula decretou emergência na situação dos Yanomami, as mortes, a fome e as violências continuam ocorrendo, porque o garimpo continua presente nas terras indígenas, e o governo se mostra incapaz de executar de fato a desintrusão, porque não tem como colocar-se em oposição direta ao poder da classe dominante que o colo-

cou no poder. É um governo que, no discurso, é pró-indígena, mas, na prática, financia mais políticas para o agronegócio e o extrativismo. Basta comparar os mais de R\$ 300 bilhões em créditos que foram destinados ao agronegócio, por meio do Plano Safra, aos míseros milhões do orçamento do Ministério dos Povos Indígenas.

Ano passado, primeiro ano do governo Lula, a associação Hutukara dos Yanomami já denunciava a falta de medidas do governo para atender o povo Yanomami com políticas concretas, urgentes e efetivas para proteção das terras e dos povos indígenas.

Este ano, 2024, a associação Hutukara denunciou que a crise de saúde do povo Yanomami aumentou, em paralelo ao crescimento de 7% do garimpo em 2023, na TI. Os indígenas deixaram de receber tratamentos e medicamentos básicos, para tratar de doenças curáveis.

A situação do povo Yanomami reflete a situação dos povos indígenas do Brasil, que sofrem com a violência da colonização, perpetuada pela burguesia e seu Estado. Nenhum governo poderá resolver a violência histórica que sofrem os povos em suas terras, pois não conseguem contrapor-se ao poder da burguesia.

O governo burguês de Lula mostra que, sejam de direita ou de esquerda, os governos atendem aos interesses das frações capitalistas, e não aos dos oprimidos.

A defesa das terras indígenas deve ser parte do programa do proletariado. A unidade entre os indígenas e os camponeses pobres, e destes com os explorados das cidades, é a força que pode deter o avanço dos capitalistas, legais ou ilegais, sobre as terras dos indígenas. Nada se deve esperar dos governos ou do parlamento e da justiça burgueses. A defesa das reivindicações é o meio para unificar as lutas, e avançar com os métodos da luta de classes. A união do proletariado, dos camponeses e indígenas é fundamental na luta contra o poder do capital e em defesa da terra, dos salários e dos empregos. A autodeterminação dos povos indígenas e a libertação dos povos de todas as opressões só vai ocorrer numa sociedade em que a terra não seja mercantilizada, numa sociedade socialista. A luta pelo socialismo deve ser uma luta de todos os povos! Pela unidade dos povos indígenas e dos camponeses com a classe operária, sob a estratégia da revolução e ditaduras proletárias. ●

Leilão da linha 7 e do Trem Intercidades se realiza sem qualquer reação coletiva das massas: *a responsabilidade disso recai, inteiramente, sobre a burocracia sindical*

No dia 26, a CRRC Brasil (empresa de capitais chineses e uma das maiores fabricantes de trem do mundo), se reuniu com Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, para avaliar as condições do leilão do Trem Intercidades (TIC), que unirá a Capital a Campinas. No dia 28, Tarcísio se reuniu com o Grupo Comporte. A possibilidade de um “consórcio” que

reunisse as duas empresas esteve colocada para, assim, ter maior “competitividade” contra o concorrente grupo CCR-Alstom. Foi parte das negociações, a instalação no Brasil de uma filial da CRRC para a fabricação de trens e vagões.

No dia 29, a CCR faltou ao leilão realizado na Bolsa de Valores B3 de São Paulo, e o Grupo Comporte tomou posse do TIC. A família Cons-

tantino, dona do Comporte, já tinha fechado a parceria (“joint-venture”) com a gigante mundial CRRC. A concessionária se encarregará de construir e operar o TIC por 30 anos, estendendo ainda o trajeto da Linha 7 Rubi da CPTM até Campinas. O TIC começará a circular em 2029, enquanto a linha 7 Rubi passará a mãos “privadas” 18 meses após a assinatura do contrato.

O governo Tarcísio consegue mais uma vitória em sua ofensiva privatizante dos serviços públicos. Vendida a linha 7 Rubi e feita a licitação para a construção do TIC, logo mais avançará sobre as restantes linhas de trens e do metrô. Tudo indica que a associação entre Comporte e CRRC teve por padrinho político o governador, que “conseguiu” garantias de novos projetos

de construção e operação futura de trens novinhos, de média-velocidade, para Sorocaba, Santos e São José dos Campos. Os volumosos investimentos de R\$ 14 bilhões serão garantidos pela empresa chinesa e pelo Estado, enquanto o estado de SP aportará R\$ 3,4 bilhões e o BNDES R\$ 6,4 bilhões. Os maiores investimentos, como se vê, serão estatais: de um lado, da estatal chinesa CRRC, e de outro lado, pelo governo federal e estadual.

O consórcio irá compartilhar da exploração do serviço e dos lucros pelo monopólio natural que terão sobre o transporte de passageiros e de cargas entre litoral e interior de SP. O leilão beneficia os interesses chineses, que proverão a construção de maquinaria e vagões, e irão garantir um maior volume de escoamento de mercadorias para exportações e importações. Foi melhor ainda para o Comporte, que investirá um montante muito reduzido (grande parte dos investimentos que deveria fazer será entregue pelo BNDES e pelo Estado), e lucrará bilhões com a administração direta do serviço.

Eis a completa farsa da privatização, na qual os capitalistas (que não têm volume de capitais suficientes para consumir sozinhos a transação) acabam parasitando dos investimentos e recursos estatais (sejam nacionais ou chineses) e, todavia, demonstram que haveria condições para, não apenas manter o serviço público estatal, como para também ampliar e melhorar sua operatividade. Desse modo, ficou bem claro que a privatização é feita para beneficiar o parasitismo dos capitalistas.

Em face de tanto entre-guismo e das consequências das privatizações para

os assalariados, as direções sindicais de metroviários e ferroviários não mobilizaram para tentar barrar o avanço da privatização. Um sinal de sua paralisia e subordinação às privatizações foi o ato “unificado” de 28/01, um dia antes do Leilão, que não reuniu mais de 50 pessoas – quase todas elas membros da direção e sem participação da base. O “ato unificado” manifestou a unidade burocrática, construída para impedir que as bases superassem os limites democratizantes e institucionais que as direções impuseram ao movimento, já desde o ano passado. As duas greves de 2023 mostraram a força coletiva da classe operária e demais assalariados, que ignoraram a advertência da Justiça, de manter 70% dos serviços funcionando, não deixando se mover nem um só vagão, bloqueando estações e garagens de trens e metrô. Entretanto, as direções não convocaram novas assembleias para decidir pela continuidade da greve; quando o fizeram, se uniram (as direções) para que não saísse votada a greve por tempo indeterminado e, finalmente, não organizaram a base para o enfrentamento ao governo e às privatizações com a luta de classes, e assim desviaram as tendências de luta para dentro do parlamento e da justiça, negociando com deputados e juízes.

Tarcísio sai vitorioso, graças ao servilismo democratizante das direções sindicais e políticas. Não teve de enfrentar a revolta dos trabalhadores, porque o sindicato não fez nada para organizá-los a frear as privatizações com sua força coletiva. E agora, insistem em continuar a semear ilusões na possibilidade de impedir as privatizações com ações



//

...

Tarcísio sai vitorioso graças ao servilismo democratizante das direções sindicais e políticas. Não teve de enfrentar a revolta dos trabalhadores porque o sindicato não fez nada para convoca-los a frear as privatizações com sua força coletiva. E agora insistem em continuar a semear ilusões na possibilidade de impedir as privatizações com ações judiciais e conversas com deputados.

judiciais e conversas com deputados. Aliás, foi esse o tom geral das intervenções das direções burocráticas no ato de dia 28/02. Sequer se consultam as bases ou se submete à sua decisão qual o plano de lutas ou como combater as privatizações. E o calendário de lutas apresentado em janeiro pela burocracia foi feito para evitar grandes mobilizações e ações de massa.


Ainda que tenha sido Tarcísio que baixou o martelo no leilão, foram os burocratas que, com sua passividade e servilismo democratizante à disputa parlamentar e à farsa da judicialização, entregaram aos trabalhadores de mãos atadas para a futura terceirização, desemprego e redução de salários, como aliás já se verifica com as linhas de trens entregues aos amigos dos governos (terceirizações, precarização trabalhista, redução dos serviços e aumento das passagens,

redução da frequência, descarrilamentos, falhas elétricas e mecânicas em maior quantidade de quando eram estatais, etc.).

A derrota do governo e o fim das privatizações virá com uma greve unitária e por tempo indeterminado organizada a partir das bases. O que exige, também, a constituição de uma direção classista e combativa junto às bases, objetivando tirar a direção dos movimentos dos pelegos e servis burocratas. Para isso, não devemos esperar até as eleições sindicais. Devemos começar a superá-las agora, lutando nos sindicatos de metroviários, ferroviários, do funcionalismo e da classe operária, para que aprove um plano de reivindicações e de ação unificado, impondo com a luta de classes o fim das privatizações e imediata reestatização das privatizadas, sob controle coletivo dos trabalhadores e dos usuários. ●

Derrotar a ofensiva privatizante contra os serviços públicos com uma greve unificada e por tempo indeterminado!

Manifesto PPRI - 28 de fevereiro de 2024

 Continua a ofensiva privatista do governo de Tarcísio. Já meteu a mão na Sabesp e agora aponta contra a linha 7 Rubi da CPTM. Aprovada a privatização da linha 7, depois será a vez das outras linhas, e também do Metrô. Esse objetivo corresponde aos interesses dos monopólios e do capital financeiro, que objetivam saquear o patrimônio público, e enriquecer à custa do empobrecimento dos assalariados.

A ofensiva privatizante é por etapas, e cumpre todas as “exigências constitucionais” (aprovação da Assembleia Legislativa, audiências públicas, apresentação de oposições, negociações com municípios, direito de fala aos afetados nas instâncias legislativas e públicas, etc.), porque o governo e os empresários amigos sabem que, dessa forma, arrastam os trabalhadores a se perderem nos corredores dos instrumentos da democracia burguesa (ditadura de classe da burguesia). E subordinam suas direções a se afundar nas instituições dos inimigos dos trabalhadores. Parece que não bastaram a essas direções as experiências das privatizações da Eletrobrás, BR Distribuidora, Refinarias da Petrobrás, Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), etc., que mostram claramente que os trabalhadores são enganados, quando apostam nos métodos da pressão parlamentar, desgaste eleitoral, justiça, etc. Já foi comprovado que esse é o caminho da derrota do movimento e da vitória dos privatistas! Se as direções sindicais continuarem nessa trilha, a linha 7 da CPTM será privatizada sem que seja travado um combate à altura contra o governo e os capitalistas, por meio da luta de classes!

Após a primeira audiência pública, convocada para avançar na privatização da Sabesp, o sindicato Sintaema (Sabesp) a caracterizou como “ilegítima”, porque eram “insuficientes” as

sete audiências em sete cidades, se comparados aos 375 municípios que se veriam afetados, e porque o governo “*não cumpre os preceitos constitucionais de participação e transparência*”. Defender a “transparência”, mais “tempo” e um debate amplo colabora com as privatizações, desde que feitas “corretamente”. Ora, deveríamos aceitar uma privatização feita “corretamente”? Não! A privatização beneficia os grandes capitalistas, ao mercantilizar serviços públicos essenciais, altamente lucrativos, por serem monopólios naturais. E desgraçam os trabalhadores (que ou são demitidos ou são obrigados a aceitar a retirada de direitos e diminuição salarial), e a população assalariada em geral (que arca com os aumentos dos preços e piora dos serviços). Ao exigir “transparência” nos debates legislativos e audiências públicas, e não convocar uma greve unificada contra as privatizações, as direções acabam favorecendo os objetivos do governo.

O que aconteceu com a Sabesp deve servir de lição aos trabalhadores, especialmente ferroviários e metroviários. O governo não enfrentou a democracia operária e a ação unitária e coletiva das massas, mas a conciliação de classes e unidade burocrática. Tarcísio não venceu os trabalhadores e sua capacidade de luta e força coletiva, e sim suas direções capitulantes. E agora estão reproduzindo métodos que levaram à derrota da Sabesp no ano passado, com a diferença que este ano subordinam as lutas e manifestações aos interesses dos petistas e aliados para as eleições municipais agora, e daqui a dois anos, as estaduais.

As direções do Metrô, da CPTM e da Sabesp aprovaram em janeiro um calendário de lutas, burocraticamente, por cima das assembleias, e que subordina, mais uma vez, a mobilização ao calendário legislativo, às conversas

com deputados e aos protestos isolados – convoca-se um ato unitário apenas quando se vai tratar da privatização da linha 7 Rubi na Alesp. Sem enfrentar a resistência organizada e unitária dos trabalhadores, o governo continuará a ofensiva privatista, até a última das linhas da CPTM e do Metrô serem entregues aos capitalistas.

Somente os trabalhadores e o conjunto da população assalariada, que dependem dos serviços ameaçados de privatização, podem assumir com suas próprias mãos e métodos de luta a defesa do caráter público e estatal dos serviços públicos essenciais. Somente uma greve unificada, sob controle das bases e seus organismos próprios, poderá impor a retirada dos projetos privatizantes ao governo. ●

Basta de correr atrás de deputados e das audiências!

Exigir o controle operário e a imediata abertura dos livros de contabilidade das empresas aos trabalhadores e usuários!

Convocar novas assembleias para aprovar a greve unificada e por tempo indeterminado dos trabalhadores da Sabesp, CPTM e Metrô!

Convocar usuários e trabalhadores para organizar um movimento unitário contra as privatizações, sob um programa comum e os métodos da ação direta! ■



Apesar de estar sob forte pressão do judiciário, bolsonarismo faz um ato multitudinário na Av. Paulista

O bolsonarismo tem sido alvo de uma série de denúncias e processos por parte do judiciário e polícia federal. A reunião de 22 de julho de 2023 mostrou que Bolsonaro, seus ministros e generais do exército (aposentados e na ativa) discutiam abertamente a organização de um golpe de estado para evitar que a chapa Lula/Alckmin vencesse as eleições e formasse um novo governo. Uma série de envolvidos foi presa, outros foram convocados a prestar depoimentos, inclusive Bolsonaro. Este teve ainda o seu passaporte confiscado, documento que estava em posse do presidente do seu partido, o PL, em Brasília. O que indica que seus comparsas julgavam possível que Bolsonaro pretendesse uma fuga do país, e tomaram a precaução de manter seu passaporte consigo. O escândalo foi amplamente divulgado na imprensa burguesa. Chama a atenção que o ví-

deo da reunião tenha sido divulgado meses depois de obtido com o tenente coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que negociou delação premiada com a polícia federal.

A divulgação ocorre logo no início das campanhas eleitorais para as prefeituras no país. É certo que essas eleições pesarão na recomposição de forças entre os partidos burgueses e, dessa forma, na correlação de forças no Congresso nacional. Bolsonaro e o presidente de seu partido, Valdemar da Costa Neto, pretendiam negociar a indicação de mais de mil candidatos na semana em que foi divulgado o vídeo, e Valdemar foi preso. O ataque do judiciário será requeitado durante a campanha eleitoral pelos candidatos da Frente Ampla governista, para cozinhar as campanhas de candidatos bolsonaristas.

Mas o bolsonarismo reagiu, convocando um ato político de apoio a Bolsonaro. Governadores, o prefeito de

São Paulo, e parlamentares fiéis ao ex-presidente estiveram presentes. Sete quadras da Av. Paulista foram preenchidas com bolsonaristas de várias partes do país, com dezenas de ônibus, certamente pagos pelos muitos investigados pelo judiciário e polícia federal.

A imprensa burguesa destacou como é ainda muito grande o apoio popular a Bolsonaro. Que a polarização política no país continua forte. Que a ameaça da extrema-direita sobre a democracia burguesa ainda está presente.

Lula reconheceu a força da manifestação pró-Bolsonaro. Alguns políticos passaram a defender a anistia aos crimes do ex-presidente.

Fechando as contas, não foi somente Bolsonaro que recuperou fôlego com sua grande manifestação. O governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin também saiu fortalecido, especialmente para as eleições municipais. Isto por que os governistas de todos os tipos

O governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin também saiu fortalecido, especialmente para as eleições municipais. Isto por que os governistas de todos os tipos podem apontar o perigo do bolsonarismo para atrair os votos de eleitores que nem mesmo apoiam Lula e seu governo, mas que votarão nos candidatos da frente ampla para as prefeituras, contra a "ameaça da extrema-direita". ■

podem apontar o perigo do bolsonarismo para atrair os votos de eleitores que nem mesmo apoiam Lula e seu governo, mas que votarão nos candidatos da frente ampla para as prefeituras, contra a "ameaça da extrema-direita". Novamente, os oprimidos serão chamados a apoiarem seus opressores nas urnas, aterrorizados pelos governistas, que apelarão entusiasticamente contra as supostas ameaças à democracia burguesa. Uma

vitória significativa dos candidatos da frente ampla atrairá parlamentares hoje abrigados nos partidos bolsonaristas, e dará maior força parlamentar para que o governo consiga aprovar ainda mais medidas de proteção ao parasitismo finan-

ceiro e maior superexploração sobre os salários.

É preciso rechaçar a campanha dos partidos burgueses e pequeno burgueses, tanto de direita como de esquerda, que pretendem arrebanhá-los para agir contra seus próprios interesses. A

tarefa é unificar as massas ao redor das reivindicações, organizar com independência de classe, opor os métodos próprios da luta de classe aos métodos eleitoreiros, parlamentares e judiciais. As bandeiras que unificam as massas não precisam ser

inventadas: aquelas que defendem os salários, empregos e direitos estão dadas pelos ataques centralizados da burguesia e de seus governos. A resposta deve ser também centralizada, por meio da unidade nacional das lutas das massas. ●

A Polícia Militar de São Paulo **esmaga as comunidades na Baixada Santista**, com o 2º maior massacre de sua história.

Fim das operações policiais e da violência sobre a população assalariada! Pelo fim da PM!

Depois da Operação Escudo, que matou pelo menos 28 pessoas no final do ano passado, a Operação Verão já passou das 40 execuções, com mais de 820 presos, sendo pouco mais de 250 com passagens pela polícia. Somadas, porque foram uma logo após a outra e na mesma região, já configuram o 2º maior massacre da PM da história, perdendo apenas para o do Carandiru, comandado pelo então governador Luiz Antônio Fleury Filho. Moradores dos bairros atacados denunciam que a PM realiza execuções, sem que ninguém tenha atirado contra eles.

Esses dados indicam que a ofensiva assassina da PM nos bairros pobres da Baixada Santista são uma operação de extermínio e repressão, não apenas de uma fração do crime organizado, o que por si só já seria bárbaro, mas de pessoas da população assalariada, que é presa às centenas.

Note-se que a PM age hoje sob treinamento e equipamento fornecidos pelo estado genocida de Israel, a partir de um acordo de segurança pública que foi aprovado na Câmara dos Deputados em outubro de 2023, após o início dos ataques sobre os palestinos, e que não

foi vetado por Lula.

O governo de Tarcísio de Freitas, em São Paulo, tem realizado uma ofensiva geral contra as condições de vida e trabalho das massas. Sob seu comando e impulso, age a PM assassina na Baixada Santista. Os diversos setores atacados pelo bolsonarista têm a possibilidade, a partir de suas reivindicações unitárias, de organizar um grande movimento nas ruas e avenidas, afetando a produção e impondo uma grande derrota política ao governo. As direções sindicais e populares não têm interesse nessa unidade, porque afetam seus interesses eleitorais e de

aparato. É preciso exigir, a partir das bases, a convocação das assembleias gerais livres e democráticas, para discutir as bandeiras e os métodos para enfrentar Tarcísio, suas políticas e seu aparato repressivo assassino. ●

Abaixo as operações da PM na Baixada!

Fim da PM!

Organizar e unificar as lutas das massas para derrotar Tarcísio!

MOVIMENTOS

Por que o movimento contra o aumento das passagens não progrediu?

Desde janeiro, na capital em cidades vizinhas, foram realizados pequenos atos contra o aumento das passagens, de trens e metrô na capital, e de ônibus intermunicipais e municipais nos demais municípios. O movimento não se tornou em uma força social capaz de impor o fim do aumento ao governo Tarcísio. Nem mesmo havia reivindicações unitárias que servis-

sem de base para a unidade de diversos setores afetados direta ou indiretamente pelos ataques de Tarcísio. Não se procurou estabelecer um movimento junto ao proletariado fabril, embora os municípios do ABC paulista fossem os mais afetados. As correntes políticas que compuseram os atos tentaram manejá-lo em favor de interesses eleitoreiros. Por esses mesmos interesses, mas

por divergência tática, outras sequer compareceram às manifestações.

O PPRI participou do movimento com a defesa da unidade geral das massas ao redor das bandeiras que permitem construir a unidade geral dos oprimidos contra o governo. Nossos materiais mostram um caminho assentado na defesa da luta de classes para derrotar politicamente Tarcísio e suas políticas de ataques. ●

Um mês de aumento das tarifas de trens, metrô e intermunicipais *Unificar as lutas de todos os setores atacados por Tarcísio num só movimento!*

Manifesto PPRI - 1 de fevereiro de 2024

O aumento do preço das tarifas pelo governo Tarcísio não foi um fato isolado. Ele tem atacado as empresas estatais com sua política de privatização; tem atacado a educação com a ameaça de cortes de verbas, de 30% para 25%; tem atacado o emprego dos professores da categoria O com a demissão de mais de 50 mil; com a atribuição de aulas por meio de um concurso que serve ao propósito de ampliar as demissões e aprofundar a exploração do trabalho dos professores por meio de jornadas de mais de 50 horas de trabalho, desprezando o tempo de trabalho e eliminando 30 mil professores por meio da prova virtual do concurso. A privatização da Sabesp vem seguida por mais privatizações nas linhas do metrô e da CPTM. Em fins de fevereiro o objetivo é leiloar a linha 7 Coral. Como se vê, é um conjunto de ataques privatistas e de precarização do trabalho que atingem o conjunto dos assalariados, especialmente os mais pobres, que são obrigados a morar longe de seus serviços, muitas vezes em outros municípios, e por isso pagam tarifas elevadas e duplicadas, são excluídos das listas de contratações justamente por isso, e suas famílias muitas vezes não tem como sequer sair de casa.

Se o governo ataca todos os oprimidos de forma centralizada, é preciso responder centralizadamente a esses ataques. Não é suficiente organizar a luta em cada setor atacado. É preciso unificar de fato as lutas em defesa das necessidades mais sentidas pelas massas em um único movimento para derrotar politicamente Tarcísio de Freitas. Não vão adiantar as conversas com os parlamentares direitistas na assembleia legislativa, nem a judicialização dos problemas, nem as negociações restritas ao campo determinado pelos ataques do governo. Somente por meio da luta de classes, organizada com Independência de classe, com a mais ampla democracia operária, e com um programa unificado que inclua o conjunto das reivindicações das massas, será possível obter as conquistas imprescindíveis para garantir os direitos dos explorados e de suas famílias. A juventude oprimida é parte desse movimento, e tem de se opor ao corporativismo e à conduta conciliadora e traidora das direções sindicais.

Antes de mais nada, é preciso fazer a lição de casa. Discutir com a mais ampla democracia operária as reivindicações que de fato atendem as necessidades dos usuários dos transportes. A luta para pôr abaixo o aumento das tarifas e conquistar o passe livre a todos os usuários não pode resultar no favorecimento dos tubarões capitalistas das empresas de transporte, por meio do aumento dos subsídios. Estes são sustentados por cortes nos orçamentos de serviços sociais dos governos e no funcionalismo. Ou seja, não podemos levantar uma reivindicação que favoreça grupos capitalistas e prejudique o conjunto da população assalariada. A bandeira que se choca com os capitalistas e seus governos é a da estatização sem indenização de todo o transporte público, colocado sob o controle coletivo dos trabalhadores e da população que os utiliza, e fim de todo o subsídio estatal aos capitalistas. Combater as privatizações e exigir a reestatização das empresas já privatizadas, sem indenização e

sob controle operário. Levantar as bandeiras que permitem garantir aos assalariados que possam sobreviver e transitar pelas cidades para seu lazer. Isto é, **garantir um salário mínimo vital, discutido e aprovado em assembleias**, que seja suficiente para sustentar uma família de 4 pessoas, reajustado mensalmente de acordo com a inflação medida pelas organizações das massas. **Garantir o emprego para todos, reduzindo a jornada sem redução do salário, e com estabilidade no emprego**, de forma a que todos tenham trabalho, que é a única fonte de sustento da maioria explorada.

A democracia do movimento não pode estar submetida às imposições das direções, sejam elas burocrático sindicais, sejam elas pseudo anarquistas. As primeiras impedem as falas opositoras por meio das imposições autoritárias e antidemocráticas nas assembleias. A segunda impede a fala de opositores por meio do chamado jogral, onde apenas a fala das direções é repetida acriticamente por todos, e não há instrumento de debate e decisão coletiva. As assembleias democráticas permitem a expressão de todas as posições, suas defesas e a votação por maioria e minoria, sendo a resolução da maioria aquela que vai levar adiante o movimento. O movimento contra o aumento das tarifas deve se apoiar na democracia operária para impulsionar a mobilização e permitir seu crescimento, juntando-se aos demais setores atacados pelo governo. ●

Derrotar Tarcísio com a luta unitária nas ruas com greves e ocupações! Erguer o programa de reivindicações unitário para erguer um movimento unificado!

Rechaçar qualquer medida favorável aos capitalistas e desfavorável às massas! Rechaçar a conduta conciliadora de direções que busquem limitar as reivindicações aquilo que é determinado pelos governos e pelos patrões!

Liberar todas as forças de luta dos movimentos por meio da mais ampla democracia operária e unidade na luta!

Abaixo o aumento das tarifas! Passe livre e estatização das empresas de transporte, sem indenização e sob controle operário!

Unidade na luta contra as privatizações e os ataques à educação!

Por um salário mínimo vital reajustado mensalmente de acordo com a inflação medida pelos trabalhadores! Emprego a todos com redução da jornada de trabalho sem redução de salários e estabilidade no emprego!

A política democratizante e eleitoralista é um freio a um massivo e radicalizado movimento de massas contra o sionismo em nosso país

No dia 03/02, foi realizado mais um ato organizado pela Frente em defesa da Palestina de São Paulo. Milhares de manifestantes se reuniram na Praça Oswaldo Cruz, na Paulista, para repudiar mais um massacre de palestinos desfechado pelo sionismo genocida. Os presentes demonstraram sua raiva e profundo ódio contra a carnificina desferida contra milhares de palestinos quando se reuniam, desesperadamente, ao redor de alimentos para tentar barrar a fome que assola Gaza, como consequência do brutal cerco israelense. Os palestinos famintos, dentre eles muitas crianças e mulheres, arriscaram suas vidas para conseguir um pouco de farinha. Imagens da mídia mostram como pagaram o preço de suas vidas por tentar evitar morrer de inanição, sendo alvejados por ataques aéreos e atiradores das tropas israelenses.

O ato deu um salto quanto à sua massificação, rompendo o trajeto de atos anteriores, que compareciam pequenos e impossibilitados de se mobilizar, pela imposição autoritária da PM. Houve a participação de membros da comunidade palestina, das torcidas organizadas e centenas de populares que se autoconvocaram contra o genocídio. Os cerca de 5 mil manifestantes presentes furaram o bloqueio da polícia dos atos anteriores. Não houve como impor ao ato ficar isolado na praça, e assim se percorreu toda a Av. Paulista até o MASP, ocupando toda uma pista.

O ato poderia ter sido ainda maior, caso os sindicatos e organizações populares convocassem e organizassem as manifestações a partir de suas bases. Verificou-se, mais uma vez, a política imobilista, imposta de cima para baixo pelas direções sindicais, que estão subordinadas à defesa do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Não há nenhuma intenção desse governo e dessas direções em utilizar seu controle dos organismos de massas para tornar em multitudinárias as mobilizações radicalizadas em defesa da Palestina, e menos ainda em aprovar em assembleias a mudança da retórica à ação, aprovando medidas concretas contra os interesses do sionismo em nosso país. Isso explica ainda porque os dirigentes do PT e deputados de partidos, que falaram no ato, usam a defesa das falas inconsequentes de Lula para tentar ludibriar os oprimidos contrários ao genocídio, para arrastá-los a votar nos candidatos defendidos por Lula contra aqueles defendidos

por Bolsonaro e Tarcísio, apoiadores dos sionistas.

Isso foi o que denunciou o PPRI no seu manifesto (publicado ao lado desta nota) e em sua fala no caminhão de som. Afirmamos que é hipocrisia a denúncia do genocídio apenas nas palavras, enquanto o governo federal de Lula/Alckmin mantém os acordos em defesa e segurança, aprovados em 2022 e 2023, ou que sequer se dignasse a expulsar o embaixador de Israel, que pratica o genocídio de todo um povo. Denunciamos também que esses acordos e os métodos de assassinato em massa dos sionistas são aplicados pela PM na Baixada Santista. Dissemos que a morte de 70 pessoas e as centenas de presos pela PM são um também resultado do treinamento e dos acordos em segurança entre Israel e o estado de São Paulo. O que colocava como a tarefa, não apenas se organizar para frear o genocídio em Gaza, mas também para parar os massacres da PM. Criticamos, ainda, as manifestações de posições democratizantes e eleitoreiras no ato, que procuram se utilizar do genocídio e dos massacres de famintos como palanque eleitoral da candidatura de petistas e aliados. E encerramos nossa fala afirmando que ainda que o massacre dos “palestinos que estavam na fila da farinha” tenha sido realizado pelos genocidas (soldados israelenses), “as armas e a munição eram do imperialismo norte-americano”. Portanto, que estava colocada de maneira urgente a tarefa de “Derrotar o imperialismo e o sionismo”.

O ato do dia 03/02 demonstrou que é possível dar um salto nas manifestações de algumas centenas de militantes para os atos com milhares, porque existe um verdadeiro ódio de classe entre uma ampla camada dos oprimidos contra os sionistas. É nesse instinto de revolta em que a Frente Palestina deve se apoiar e, agora, avançar, se organizando para intervir nas assembleias sindicais e manifestações que virão, convocando as bases a discutir e aprovar medidas práticas em defesa dos palestinos e pelo fim do genocídio. Assim se dará um passo para pôr de pé um movimento massivo e radicalizado, que imponha ao governo a ruptura dos todos acordos existentes com o sionismo, expulsão do embaixador, e desenvolver uma campanha ativa pela derrota dos genocidas nas fábricas, portos e aeroportos, de modo a impedir que haja qualquer colaboração do Brasil com Israel, que massacra os palestinos. ●

Não é possível aceitar que se faça politicagem com os mais de cem assassinados numa fila por comida em Gaza. A única atitude compatível com essa violência extrema é a organização da luta de classes que imponha aos governos o boicote total a Israel, enclave do imperialismo no Oriente Médio. Todo suporte a Israel alimenta o genocídio e carrega as armas que assassinam as crianças, mulheres e homens palestinos.

Toda e qualquer relação política, diplomática, econômica, militar, acadêmica deve ser imediatamente rompida! Não fazê-lo, é ser cúmplice do massacre, ainda que se discursse contra ele!

Manifesto PPRI - 03 de março de 2024

O fuzilamento de dezenas de palestinos, com tiros nas cabeças, que estavam em uma fila para pegar alimentos para suas famílias, famintas pelo estrangulamento de acesso de mantimentos imposto pelo governo genocida de Israel, chocou o mundo. O assassinato de civis desar-

mados pelas tropas sionistas encabeça uma lista de atrocidades cometidas desde antes. A destruição de hospitais, a imposição de um cerco para levar à falta de água e comida, a destruição de cidades inteiras, a expulsão de mais de um milhão de palestinos de seus lares, o estabelecimento de campos de con-

centração de refugiados dentro de seu próprio país, e o assassinato de mais de 30 mil, sendo 12 mil crianças, já conformavam o genocídio, palavra que arrepiava os apoiadores do sionismo nazista.

Mas, o que foi feito de concreto para sabotar o genocídio e por um fim aos ataques dos nazi-sionistas? As massas

do mundo inteiro tomaram partido: estão ao lado dos palestinos, em todos os continentes, com manifestações de centenas de milhares, até de milhões. Sindicatos operários impuseram por meio da greve e ocupação o bloqueio a portos estratégicos para o sustento dos ataques militares genocidas, em países como Espanha, Bélgica, Grécia. Centenas de sindicatos estadunidenses formaram uma aliança contra o genocídio. Houve ataques de grupos islâmicos contra bases militares israelenses e ianques nos países vizinhos da Palestina. Os houthis bombardeiam navios que pretendem levar insumos para Israel ou de seus aliados no Mar Vermelho, e só vão parar com um cessar fogo em Gaza. Mas o que fazem os governos?

O governo dos EUA acaba de vetar uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que condenava o assassinato dos civis na fila por comida em Rafah. Sua justificativa: não há evidências suficientes de que foi um “ataque”. A verdade: os EUA sustentam militarmente o genocídio executado por Israel. As armas e munições que mataram mais de cem famintos palestinos foram enviadas pelo imperialismo estadunidense. Os sionistas apertam os gatilhos das armas dos EUA para exterminar palestinos indefesos.

Os governos europeus e do restante do mundo se declaram chocados com os assassinatos da fila da fome, filmados e televisionados. Mas o que fazem de concreto? NADA! Somente declarações hipócritas!

Quando não se toma uma medida concreta diante de uma violência extrema como a ocorrida sobre a fila dos famintos, o fato é que se está sendo complacente com o massacre. Mais ainda: é um sinal de que os nazi-sionistas poderão ampliar o genocídio o quanto queiram, que nada de concreto será feito contra eles.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, se juntou a Lula no discurso, e comparou o genocídio em Gaza com o ocorrido até 1945, dos nazistas alemães sobre os judeus. O único que fez foi romper um contrato de compra de armas de Israel. Foi até onde chegou. Disse que “o mundo deve bloquear Israel”. Assim como Lula, sua declaração foi inconsequente, pois não foi acompanhada de nenhuma medida concreta contra o armamento do Estado genocida. Há poucos dias, em viagem ao Brasil, o Secretário de Estado estadunidense, Antony Blinken, afirmou que os amigos podem dizer



coisas diferentes entre si, mas o que importa é que as ações sejam comuns, sejam unidos pela prática. O recado foi dado, à imprensa, políticos burgueses, e aos governos. O chefe do imperialismo aceita que se falem frases inconsequentes, mas não aceita que se tomem atitudes contrárias ao que fazem e ordenam os EUA, ainda que estejam em decadência.

Somente como fonte de comparação, o governo reacionário de Tarcísio de Freitas, em São Paulo, realiza uma “operação policial” na Baixada Santista que já matou mais de 70 pessoas, somando as duas ofensivas recentemente realizadas, e prendeu mil pessoas, 200 delas com passagem pela polícia. É a maior chacina em São Paulo desde o Carandiru, que também teve a execução de 111 presos, a mando do então governador Fleury. Na verdade, não é uma operação policial, é uma operação de vingança e assassinato que recai sobre toda uma região empobrecida. Quando não são punidos, os policiais que realizam as chacinas recebem um recado claro dos governos: é o de que podem continuar matando, e que nada será feito contra eles, permanecerão impunes.

A comparação tem seu valor porque nos dois casos ocorre a extrema violência reacionária da burguesia contra as massas exploradas. Como classe dominante de um modo de produção em decomposição e em crise mundial, o capitalismo, a burguesia, para preservar seus lucros, tem de caminhar para a direita, para a extrema-direita, de forma a impor suas políticas de sustento do parasitismo financeiro e ainda maiores superexploração do trabalho e opressão nacional, e para isso tem de esmagar as massas em toda parte, atacando as suas condições de vida e trabalho, e até mesmo arrancando-lhes a vida, por meio de guerras ou de “operações policiais”.

É por isso que participamos das manifestações na defesa incondicional da Palestina, rechaçamos a cen-

sura ditatorial do governo sionista de Israel sobre sua fala de comparação de Netanyahu com Hitler, mas somos totalmente contrários a subordinar o movimento ao apoio a Lula. O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin não tomou nenhuma medida concreta de combate ao genocídio. Não cortou relações de nenhuma natureza, nem os acordos com o governo sionista. Não tomou nenhuma medida de sanção contra os interesses e empresas sionistas no Brasil. Até mesmo o acordo armamentista Brasil/Israel firmado em 2019 e votado em 2022 está de pé.

O PT também não estimulou as organizações de massa que dirige a somar forças nas manifestações em defesa da Palestina. Não se pode considerar algumas dezenas de militantes (na maioria, os mais velhos) como um apoio substantivo do partido que dirige a CUT, MST, partilha a direção da UNE, sem falar dos sindicatos, DCEs, CAS, etc.

Reforcemos as nossas exigências: que o governo Lula rompa com TODAS as relações com Israel! Que expulse o embaixador sionista! Que não colabore em nada na força tarefa da ONU contra os houthis no Mar Vermelho! - Que as organizações de massas comandadas pelo PT convoquem as assembleias de base e se comprometam a mobilizar amplamente para os atos, que devem ser de milhões nas ruas!

Trata-se de uma mobilização mundial, à qual devemos fortalecer, para combater o sionismo e o imperialismo em qualquer parte do mundo! A derrota do sionismo e imperialismo em Gaza, ou na Ucrânia, ou no Pacífico Sul (Taiwan) será um passo à frente das massas no mundo todo! Um passo para derrotar a burguesia mundial e as burguesias nacionais, por meio da revolução proletária, para traçar a transição ao socialismo, onde não mais haverá estados opressores e oprimidos, nem guerras, e por onde se chegará ao fim de toda forma de opressão! ●

NOVOS ATOS EM SP CONTRA O GENOCÍDIO NA PALESTINA

Os atos em defesa dos palestinos e contra o genocídio desfechado pelos sionistas na Palestina, dos dias 17/02 e 24/02, não conseguiram reunir mais de 400 pessoas. Pouco mais de 100 manifestantes se reuniram na Praça Estado da Palestina, no dia 17, e 300 no MASP, no dia 24. O esvaziamento dos últimos atos e a mobilização apenas dos militantes e membros destacados da comunidade palestina, assim como da organização de judeus anti-sionistas, reflete a política dos governistas que controlam os movimentos de massas, que não convocam nas fábricas e locais de trabalho os assalariados a participarem das manifestações. As direções sindicais e políticas dos petistas e aliados resistem a realizar uma ampla campanha nas organizações, e aprovar em assembleias, as medidas práticas para ajudar a avançar nos boicotes, paralisações, greves e bloqueios contra os interesses sionistas no país.

Essa política imobilista das direções que estão na base de sustentação do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin demonstra que a declaração de Lula de caracterizar os atos do sionismo na Palestina como genocídio constitui retórica inconsequente. Não há intenção do governo de mobilizar as direções que estão ligadas a ele para organizar manifestações de massas que afetem os interesses dos genocidas no Brasil. Isso contribui para o enfraquecimento dos atos, e facilita à PM impor onde os atos irão se concentrar e como se irão mobilizar.

No último ato, as organizações governistas e a esmagadora maioria dos partidos estalinistas e centristas (PSTU, Juntos, UJR, PCB, etc.) apoiaram e ressaltaram como positiva e de grande importância a fala de Lula condenando o genocídio, exigindo-lhe que agora passasse a romper relações diplomáticas e econômicas com os sionistas. Essa seria uma medida elementar a ser tomada por um governo que se diz democrata e progressista. Mas, Lula não chegará até esse ponto. Lula objeti-



va reforçar as posições eleitorais do PT e aliados, se apresentando como “humanitário” e “sensível” às tragédias humanas, procurando ganhar as simpatias e apoio da esmagadora maioria dos oprimidos que se posicionam claramente contra o genocídio na Palestina. Sua retórica se orienta, particularmente, a procurar se diferenciar de Tarcísio de Freitas – defensor e apoiador do sionismo – visando a fortalecer as chances eleitorais de Boulos e aliados. Entretanto, não passará a tomar decisões práticas de ruptura de relações com Israel, porque se chocaria com o governo ianque e também porque necessita dos apoios da fração burguesa sionista de SP para ampliar suas vantagens de vitória na prefeitura, agora, e no estado, daqui a dois anos.

Está aí porque os atos estão subordinados às manobras do governo burguês e aos interesses eleitorais dos reformistas e aliados. Está aí porque existe resistência de um setor da Frente Palestina de SP de realizar uma campanha unificada ao interior das organizações de massas para que as bases rompam com o imobilismo das direções e aprovelem medidas práticas para ajudar a barrar com o genocídio dos palestinos. É preciso tomar uma clara posição no interior dos atos em defesa desse objetivo, e fazer tudo para que nos sindicatos

Não há intenção do governo de mobilizar as direções que estão ligadas a ele para organizar manifestações de massas que afetem os interesses dos genocidas no Brasil. Isso contribui para o enfraquecimento dos atos, e facilita à PM impor onde os atos irão se concentrar e como se irão mobilizar.

em que atua se convoquem assembleias e se aprovelem medidas pela derrota militar dos sionistas.

O PPRI participou dos atos, se colocando pela defesa incondicional dos palestinos e dos houthis, cavando uma trincheira junto aos que combatem o genocídio e a opressão nacional. Deixou claro que se devia romper com a subordinação de setores da Frente (aberta ou encoberta) com a política do governo burguês e defender sua independência de classe e dos movimentos, convocando os presentes a atuar nas assembleias das categorias, visando a desenvolver uma campanha para a aprovação de greves, boicotes e ocupações, para afetar os interesses imperialistas e sionistas em nosso país. ●



Pronunciamento do PPRI no ato de dia 24/02

Hoje, como já foi dito aqui, prossegue o genocídio todos os dias sobre o povo palestino. O que mudou da semana passada para esta? Lula, chefe do governo brasileiro, comparou em uma fala Netanyahu a Hitler. E Netanyahu o censurou por isso, declarando-o "persona non grata" em Israel. É preciso dizer, além do que foi dito aqui, que os métodos de Netanyahu, do estado sionista, são os mesmos dos nazistas, é preciso dizer que os interesses que movem o Estado de Israel são os mesmos que moveram o nazismo; é o capital financeiro internacional, é o imperialismo, que busca se apoderar de tudo aquilo que possa.

Nesse país, ocorre sim o genocídio em todos os sentidos. Mas, a fala de Lula não repercutiu em nenhuma ação diferente. A fala de Lula não repercutiu em uma ruptura com Israel, na expulsão do embaixador de Israel no Brasil, não convocou as organizações de massa que o PT dirige, não convocou suas bases para participar de uma grande e multitudinária manifestação para rechaçar a censura autoritária de Israel, do enclave do imperialismo norte-americano no Oriente Médio.

Aconteceu com Lula, mas poderia ser qualquer chefe de um Estado de um país oprimido. Poderia ser do Líbano, poderia ser da Síria, poderia ser do Irã, poderia ser da Turquia... nós deveríamos imediatamente nos unir e rechaçar a censura do enclave do imperialismo no Oriente Médio. Nós temos que ter claro: contra o imperialismo, nós temos de fazer de tudo e mobilizar pela sua derrota militar, política e econômica. É por isso que nós devemos ainda repetir: exigimos do governo brasileiro que rompa com todas as relações políticas, diplomáticas, militares, econômicas e acadêmicas com Israel. Exigimos ainda do governo brasileiro que não vá ao Mar Vermelho, que não faça parte da Força Tarefa imperialista para atacar os houthis que estão bombardeando navios daqueles que são apoiadores do sionismo e do imperialismo. Nós temos de exigir, que é o dever de todos os partidos que compõem o apoio aos palestinos, que convoquem as assembleias suas bases, que chamem suas bases para grandes manifestações, que façam greves, que paralisem a produção de qualquer coisa que possa beneficiar o sionismo e o imperialismo.

A luta dos explorados no mundo inteiro, é pela derrota militar do imperialismo e do sionismo. É por isso que nós temos que lutar. Um passo nesse sentido vai ser um passo no sentido da revolução socialista. E somente assim, somente com o socialismo, vai ser possível que no mundo não haja estados oprimidos e opressores. Somente no socialismo vai ser possível termos uma Palestina livre, democrática, vai ser possível aos judeus terem sua autodeterminação.

VIVA A LUTA DO POVO PALESTINO!

PCO busca sabotar ato contra o genocídio na Palestina

O PCO foi excluído da organização dos atos organizados pela Frente em defesa da Palestina de SP, sob a denúncia de ter agido violentamente contra as mulheres dessa Frente. Mas, também porque não cumpriu os acordos quanto às palavras de ordem a serem defendidas. No dia 24/02, essa organização procurou por diversas vezes impô-las à força a partir de um carro de som que concorria com o usado pela Frente. Note-se que o PCO somente conseguiu atrapalhar a manifestação porque esta foi relativamente pequena, com algumas centenas de participantes. No dia 13 de janeiro, quando a manifestação tinha 12 mil pessoas, o PCO nem teve importância.

É uma mentira do PCO afirmar que a decisão dos condutores do ato, de não deixar falar o PCO, é porque não se importam com "a vida das 12 mil crianças mortas na faixa de Gaza" ("PSTU e grupelhos tentam censurar PCO em ato pela Palestina", publicação do site do PCO no dia 24/02). O recurso de usar o massacre e genocídio de crianças como argumento político demonstra que o PCO não quer discutir seus reais motivos para tentar sabotar o ato do dia 24/02. Bastaria ouvir os áudios e falas dos atos para desmontar a falsificação do PCO. Essa referência do PCO, na verdade, é uma calúnia desfechada contra os próprios membros da comunidade palestina que estão à cabeça da Frente, os acusando de usar os massacres como recurso publicitário.

A verdadeira razão do PCO tentar sabotar as falas do ato de dia 24/02 com batucadas, não é porque "ninguém se importa" com as crianças massacradas. Seu objetivo é outro: PCO recorre à fala de Lula para utilizar sua figura e ascendência entre as massas como trampolim eleitoral e de publicidade organizativa. Sua provocação no ato, portanto, compareceu claramente como uma manobra política, uma vez que nada há de essencial que separe essa organização de outras organizações governistas: apoiam o governo burguês de frente ampla e servem de instrumentos da conciliação de classes.

Tampouco é verdadeiro que o PCO defende a democracia e livre exposição das divergências. No último Congresso da Apeoesp, estiveram ao lado dos burocratas da Articulação (PT) para barrar que se aprovasse um programa de combate aos ataques contra os assalariados e de democratização dos debates no sindicato, favorecendo a direção em seu objetivo de impor plenárias e CRs burocratizados e virtuais. Essa luta democrática não interessa ao PCO, porque ele já tem seu canto arrumadinho junto da burocracia, a que lhes garante um espaço para se pronunciarem. Na Frente, apesar de todas as divergências existentes, nunca houve qualquer censura às posições de correntes e partidos. O PPRI teve direito de defender os houthis e o Hamas perante os ataques do sionismo e imperialismo, e de afirmar que toma essa posição sem apoiar nem seus programas, nem seus objetivos.

A luta política pela independência de classe da Frente e do movimento das massas em defesa incondicional dos palestinos e pela derrota militar dos sionistas e imperialistas exige desenvolver um movimento de massas unificado contra o genocídio. Com seu aparelhismo e autoritarismo, o PCO trabalha objetivamente em favor de uma ruptura de uma Frente de luta prática que, apesar de suas deficiências, tem sido um passo nesse sentido, ao organizar inúmeros atos e manter acesa a campanha internacional contra o genocídio na mais importante capital política do país. Eis porque o direito democrático está também condicionado pelo respeito aos acordos e decisões coletivas conseguidas no interior da Frente. O PCO quer o direito de falar, mas não quer cumprir os acordos coletivos. ●

Lula é atacado por comparar as ações de Netanyahu às de Hitler Rechaçar a censura ditatorial de Israel!

Exigir do governo brasileiro que rompa imediatamente todas as relações com o Estado Sionista! Que renuncie ao comando da força tarefa contra os houthis no Mar Vermelho!

Manifesto PPRI - 24 de fevereiro de 2024

Lula adicionou à sua retórica sobre o genocídio dos palestinos na Faixa de Gaza a comparação das ações do governo Netanyahu com as de Hitler na Alemanha nazista. Imediatamente, o governo genocida o acusou de trazer para hoje o Holocausto, e que ninguém pode falar do extermínio de judeus quando é o sionismo que extermina outros povos. Os governos imperialistas e a imprensa comandada pelo capital financeiro internacional, e os políticos da direita e extrema direita no Brasil saíram em ataque a Lula, alguns falando até mesmo em impeachment de Lula. O embaixador brasileiro foi humilhado publicamente pelo chanceler sionista, e Lula respondeu apenas chamando-o de volta ao Brasil.

Lula não mudou um milímetro na sua posição sobre o que acontece em Gaza. Não rompeu nenhum acordo, não cortou relações. A posição do governo brasileiro (reafirmada pelo vice-presidente Alckmin – e contida em declaração do Ministro Mauro Viera) é a de acusação e responsabilização do Hamas pelo genocídio que eles mesmos sofrem, e de apoio formal aos palestinos, subordinado a essa acusação da vítima pela violência que o massacre. Na diplomacia do imperialismo, o Brasil apoiou o processo movido pela África do Sul na Corte de Haia, que não resultou em nenhuma medida prática, sequer de cessar fogo. Na prática, nenhuma ação contra Israel foi tomada pelo governo brasileiro, que assumiu agora, sem questionamentos, a liderança da força tarefa da ONU que pretende acabar com os ataques dos houthis no Mar Vermelho. Os houthis atacam os navios que levam suprimentos a Israel, e sua condição para parar os ataques é que haja um cessar fogo em Gaza. Atacar os houthis quando estão defendendo os palestinos é colaborar ativamente com o sionismo e o imperialismo.

O PT, partido de Lula, dirige as principais organizações das massas no Brasil. Não moveu uma palha para que seu controle político fosse revertido em ação, em convocação, em mobilização em favor dos palestinos. Certamente, lhes preocupa perder votos que podem vir dos apoiadores do sionismo, tanto nas eleições municipais quanto nas votações de projetos do governo no parlamento. As falas de que as respostas de Israel são “desproporcionais” fazem coro com as do governo Biden, que envia semanalmente toneladas de armas e munições que abastecem o genocídio em Gaza. De forma oportunista, o PT e Lula procuram situar-se entre o radicalismo do Hamas e a política genocida de Israel.

Lula foi inconsequente na sua comparação de Netanyahu com Hitler. Sem dúvida, os interesses econômicos e os métodos aplicados para a limpeza étnica de um povo tanto por um quanto por outro são os mesmos, por trás da máscara do racismo. O fato de não existirem tantos palestinos mortos em Gaza quanto judeus mortos pelo nazismo não os separa quanto ao genocídio em nome de ambições territoriais à custa de varrer com uma nacionalidade. Lula não falou de holocausto. Mas nem mesmo a comparação de Netanyahu

com Hitler é permitida pelo sionismo e pelo imperialismo “democrático”. Há dias, foi Netanyahu quem justificou o genocídio de Hitler contra os judeus com o mesmo pretexto que o sionismo usa para massacrar os palestinos (“Hitler não queria exterminar os judeus, queria apenas expulsá-los; foi Al-Husseini quem o incentivou a queimá-los”). Sequer o direito de manifestação e expressão é respeitado pelos defensores da democracia burguesa. Devemos rechaçar os ataques do sionismo e do imperialismo a Lula. Mas isso não quer dizer que devamos apoiá-lo em sua política.

Lula não tomou nenhuma atitude concreta contra o genocídio, e menos contra o sionismo e o imperialismo. Se tivesse tomado, então, se poderia apoiar a medida, sem ainda apoiar o governo burguês de frente ampla. Então, devemos manter erguidas contra ele as exigências do movimento mundial de apoio aos palestinos. É um grave erro apoiar o governo apenas porque disse algo, sem nada ter feito de concreto. É um grave erro exigir de Lula que lidere os governos do continente, subordinando-se politicamente a esse governo burguês e pedindo-lhe que seja o que não é, e quando sua política continua sendo a de responsabilizar as vítimas palestinas pelo massacre, ainda que seja o nacionalista islâmico Hamas. Enfim, é um grave erro se subordinar a Lula em sua inconsequência.

É preciso conquistar um imediato cessar fogo em Gaza, para poupar as vidas de milhares de palestinos. Isso dependerá da força da pressão dos movimentos no mundo todo contra o genocídio, e especialmente da ação do proletariado estadunidense, que move as fábricas, portos e aeroportos que levam as armas e munições para que Israel ataque e expulse os palestinos de suas terras. Contra seus governos, os movimentos em cada país devem erguer as bandeiras de ruptura total com o Estado sionista, a serem arrancadas por meio da luta de classes. Cumprem um papel essencial, as organizações de massa que podem mobilizar suas bases para unir os explorados contra os exploradores, contra a burguesia mundial (imperialismo) e a de seus próprios países.

***Rechaçar a censura de Netanyahu a Lula!
Nenhum apoio ao governo burguês de
Lula/Alckmin, que continua condenando e
acusando o Hamas pelo genocídio em Gaza!
Exigir do governo brasileiro que rompa todas
as relações com o Estado Sionista!
Que renuncie ao comando da força tarefa
contra os houthis no Mar Vermelho!
Exigir das centrais, sindicatos, MST, UNE,
etc. que convoquem suas bases para se
mobilizarem em defesa dos palestinos e
contra o sionismo genocida!***

O governo dá mais um passo na estatização dos sindicatos

Em outubro do ano passado, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a portaria 3.472/2023, onde fixa as normas para o registro dos sindicatos, alterações estatutárias, atualização de diretorias, e suspensão ou cancelamento de registro sindical. Segundo o Art. 38, se cancelará o registro da entidade sindical quando ficarem vencidos os dados da diretoria por mais de 8 anos. Dos 4 mil sindicatos com mandatos desatualizados, 927 ultrapassam os 8 anos. Portanto, o MTE estabelece um prazo de 180 dias (até abril de 2024) para sua regularização, ou terão cancelados seus registros.

O MTE disponibilizou uma plataforma digital para “agilizar” e “atualizar” os registros dos sindicatos no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), que depende do MTE. Trata-se da aplicação nos fatos da Reforma Sindical que ainda tramita no Congresso. Nela, está proibida a “atualização automática” de diretorias sem eleições sindicais devidamente convocadas – e avaliadas em sua legalidade pelo MTE. Da “avaliação” do MTE da legalidade das eleições dependerão, por exemplo, a aplicação de convênios coletivos acordados entre a direção sindical e o patronato. As centrais correm para atualizar os dados e ajudar os sindicatos afetados, para evitar os cancelamentos.

O cancelamento dos registros de sindicatos pelo MTE, assim como seu papel de juiz sobre a legalidade ou não das eleições sindicais, é mais uma intromissão do Estado burguês na vida interna dos sindicatos. A burocracia sindical aceita essa intervenção, que leva a uma maior centralização política das organizações pelo Estado, porque sempre achará um método para continuar à frente dos sindicatos com ajuda da burguesia e com métodos fraudulentos. A medida do MTE, em última instância, acabará favorecendo a burocracia que, uma vez eleita em eleições (controladas e manejadas para impedir a eleição de oposições classistas), ganhará “legitimidade” para negociar junto do patronato novos ataques, e para ser defendida com

a força repressiva do Estado, se as bases decidem expulsá-la por outros meios.

A alternância nas direções sindicais sempre foi um objetivo político e um método organizativo defendido pela vanguarda com consciência de classe, para evitar a formação e consolidação de uma casta parasitária com interesses econômicos e políticos particulares. Mas, sua aplicação e observância é uma tarefa que cabe aos próprios trabalhadores, e não ao Estado burguês. É contra esse Estado (que representa a ditadura da burguesia) que as massas construíram suas organizações sindicais. Sua consolidação e reconhecimento como instrumento coletivo de luta pelos direitos, empregos e salários é uma conquista da classe operária. Enquanto seu reconhecimento legal pelo Estado foi a resposta da burguesia aos perigos da luta sindical se projetar contra a propriedade burguesa. E acabou favorecendo a formação de uma camada de dirigentes democratizantes e submetidos aos ditames da burguesia, que se eterniza nos cargos de direção para continuar a obter suas benesses pessoais (econômicas e políticas), em troca de servir ao objetivo do patronato de impor seus ataques.

Quais os critérios para a eleição de sua direção e seu período de mandato, as formas organizativas e métodos de resolução dos problemas e vida interna dos sindicatos, todos são de decisão exclusiva dos trabalhadores, nunca do Estado, que representa os interesses de nossos inimigos de classe.

É com o exercício da soberania direta das bases nas assembleias e locais de trabalho (democracia operária), com a revogação dos mandatos dos dirigentes que não respeitem as decisões coletivas, com a defesa das reivindicações pela luta de classes, pela total independência política e organizativa, e pelo autofinanciamento, que se impedirá a consolidação de uma casta burocrática que faça do sindicato (e dos cargos de direção) uma profissão ou um trampolim eleitoral. Para isso, as bases devem exigir de suas direções que continuem a trabalhar para assim não criar condi-

A alternância nas direções sindicais sempre foi um objetivo político e um método organizativo defendido pela vanguarda com consciência de classe, para evitar a formação e consolidação de uma casta parasitária com interesses econômicos e políticos particulares. Mas, sua aplicação e observância é uma tarefa que cabe aos próprios trabalhadores, e não ao Estado burguês.

ções para que se separem das condições de vida e trabalho da classe. Quando exista a necessidade de dedicação exclusiva ao trabalho sindical, as bases devem exigir e impor que as direções ganhem o mesmo salário que recebiam em seus locais de trabalho. Assim, a rotatividade na direção sindical será a expressão direta da soberania e democracia das bases, assim como do avanço para a independência (política e organizativa) dos sindicatos perante o Estado burguês. Daí a importância de construir as oposições e frações revolucionárias em todos os sindicatos, as únicas que podem, não apenas cumprir essa tarefa histórica, junto às massas assalariadas, como fazer dos sindicatos instrumentos da luta pela sua libertação da opressão e exploração assalariada. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!

APEOESP

O concurso público da rede estadual de São Paulo é um instrumento do desemprego dos professores

Depois de 10 anos sem concurso, o governo de Tarcísio/Feder convocou um concurso no ano passado para a efetivação de 15 mil professores. O número é bem inferior aos 100 mil professores contratados na maior rede do país. Nos fatos, o concurso foi um “processo seletivo”, que colocou para fora dezenas de milhares de professores, e, do mesmo modo que acontece no setor privado, impôs o rodízio da mão-de-obra. O desemprego atingiu grande parcela dos professores, parte destes estão na educação há mais de 20 anos, outra parte se encontra subempregada com meia dúzia de aulas em várias escolas, ou sem aulas.

Em anos anteriores ao aprofundamento do sucateamento, a rede já contou com mais de 230 mil professores ativos. Os dados mais recentes apresentados pelo MEC do censo escolar mostram que mais da metade dos professores da rede são contratados: 50,7% dos 162 mil professores. Mostram também que a contratação precária é uma prática comum entre os governos estaduais. Em todo o Brasil, dos 690.406 professores que atuam nessa modalidade de ensino, 51,6% são contratados. Ainda de acordo com o estudo dos 27 estados e o Distrito Federal, 15 já impõem a contratação precária. Como podemos ver, o problema não se restringe aos governos de direita, os ditos mais “à esquerda” também aplicam as medidas da reforma trabalhista sobre os serviços públicos. Para conseguir garantir o

lucro dos parasitas da dívida pública, os governos não hesitam em aplicar a destruição dos serviços públicos.

As redes estaduais são responsáveis por 30% das matrículas da educação básica do país. No Brasil, o ensino médio é a etapa que concentra os piores indicadores no número de matrículas: uma parcela da juventude empobrecida não consegue acompanhar os estudos, porque precisa trabalhar para compor a renda familiar, ou não tem como sustentar os estudos. É nas redes estaduais que estudam 83,6% dos estudantes secundaristas dessa etapa. No caso da rede estadual de São Paulo, vem a parcela de jovens que estão na escola se encolhendo com a imposição das escolas em tempo integral, com o fechamento de salas e turnos.

Não só em São Paulo, mas em todo o país, também a educação básica vem diuturnamente sendo atacada pelos distintos governos, não faltando, portanto, motivos para organizar esses trabalhadores para que, por meio da luta de classes, possam defender seus direitos, salários e empregos. Porém, a estatização dos sindicatos e movimentos sociais tem sido uma grande trava para que a luta se organize.

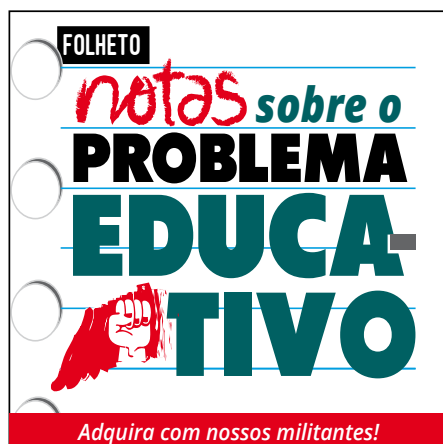
O governo e a direção da Apeoesp são responsáveis pelo desemprego: o governo, porque impõe a destruição dos serviços públicos com a sua política neoliberal; e a direção, porque defendeu remendar o concurso que foi usado como esquema para impor o desemprego, e porque se nega a organizar os professores por meio da luta de classes. A direção traidora insiste na “mesa paritária, conversa com a secretaria por meio do mandato da deputada e segunda presidente da Apeoesp”, insiste nas ações judiciais e na pressão parlamentar. Distanciando-se das bases e conciliando com o governo, por meio dos acordos a portas fechadas. Essa direção apodrecida se recusa a defender os desempregados em unidade com os empregados. Mostrando que a burocracia assimilou o divisionismo que o governo tem im-

posto entre efetivos e contratados.

A Frente Ampla que se organizou em torno das eleições presidenciais impõe um rígido controle sobre os movimentos. As direções deixaram completamente de lado a luta de classes, e impõem o método jurídico/parlamentar. Para controlar com mãos de ferro o movimento, sabotam e afogam a democracia operária, impondo reuniões e assembleias virtuais: as diretorias e colegiados são de total controle da burocracia, e somente essa cúpula impõe suas decisões, à revelia das necessidades dos trabalhadores.

Agora em fevereiro, depois da volta às aulas, a burocracia anunciou que haveria assembleia dia 8 de março. Uma vez que as demissões foram impostas, e a direção se adaptou a elas, a convocatória de uma assembleia para depois de iniciadas as aulas expressa a traição dessa direção, porque se negou a convocá-la unitariamente quando era preciso dar uma resposta imediata ao desemprego e aos demais problemas. Como para o mesmo dia estavam convocadas as assembleias do funcionalismo municipal, e percebendo que as bases poderiam exigir da direção atos e medidas unificadas, a direção, em mais um ato autoritário e divisionista, mudou a assembleia para o dia 15 de março. Essa manobra é a mesma que puseram em prática quando se negaram a compor o calendário de atos junto aos metroviários, CPTM e Sabesp que lutavam contra a privatização da Sabesp no ano passado.

É visível que a direção da Apeoesp, controlada pela Articulação Sindical/PT, decidiu impedir qualquer possibilidade de luta unificada que possa colocar os explorados coletivamente em choque com os governos, o que poderá sair de seu controle e avançar contra o governo federal, que também aplica as mesmas políticas de arrocho salarial contra o funcionalismo público federal, que impõe o arcabouço fiscal para pagar a dívida pública, que segue o curso das contrarreformas e privatizações e terceirizações.



... está colocada a tarefa de convocar e organizar uma grande plenária de base para que seja convocada e organizada antecipadamente.**REUNIÃO DA OPOSIÇÃO COMBATIVA**

Ocorreu em São Paulo, no dia 02 de fevereiro, uma reunião da Oposição Combativa, que começou com uma hora de atraso porque Reviravolta (PSTU) queria a participação dos professores que estavam on-line, com direito a voz e voto, mesmo sem esses poderem participar, por falta dos equipamentos adequados. A CMGL compôs a mesa, e se manteve firme na defesa do direito a se posicionar e decidir apenas com os presentes, sem impedir que os professores que estavam acompanhando virtualmente participassem como ouvintes. A situação foi colocada em votação, e venceu a posição defendida pela CSM-GL.

Outro debate que aconteceu foi o de se haveria ou não os dois pontos de pauta já debatidos na coordenação: balanço e a situação dos professores contratados. Reviravolta se posicionou contra a realização de um balanço da atuação da OC, mas foi derrotada pela maioria dos presentes que votaram a favor de debater um balanço. O balanço da CSM-GL assinalou em primeiro lugar que a falta das plenárias de base colocou a Combativa como refém do calendário da burocracia e do governo, o que levou à OC a abandonar sua tarefa de mobilizar as bases contra a burocracia e seu imobilismo, sob um

programa e plano de lutas baseados na defesa das reivindicações unitárias da categoria.

No segundo ponto, foi debatida a situação do desemprego dos professores contratados. Nesse sentido, nós pontuamos que as escolas em tempo integral, o fechamento das salas e turnos, aliados ao concurso, foram os principais métodos que o governo usou para impor o desemprego. Colocamos que a burocracia impõe sua política de conciliação com o governo acima dos interesses dos professores e de suas necessidades. Colocamos ainda que nosso principal desafio é erguer as plenárias de bases para colocar os professores em movimento em torno de um programa que seja pautado nas necessidades dos professores. Defendemos, finalmente, como bandeira central, a unidade entre contratados e efetivos, com a defesa do emprego a todos, garantindo a estabilidade a todos por meio da imediata efetivação de todos sem concurso.

A reunião aprovou convocar uma plenária para o dia 24 de fevereiro, porém a coordenação resolveu adiar por conta do ato em defesa da Palestina, que ocorreria no mesmo dia. A decisão foi acertada, porque é uma tarefa colocada aos movimentos, sindicatos e oposições classistas se organizarem

para barrar o genocídio na Palestina e realizarem manifestações massivas sob a bandeira de defesa incondicional da luta dos palestinos. Também foi acertado porque uma parcela dos professores tinha sábado letivo. Agora, está colocada a tarefa de convocar e organizar uma grande plenária de base para que seja convocada e organizada antecipadamente. Entretanto, notamos que um setor da Combativa, liderado pela política seguidista e aparelhista da Reviravolta, não está dando a devida importância às plenárias como elemento de organização das bases para impor à burocracia a luta pelas reivindicações mais imediatas e sentidas, que ajude as bases a romperem com o método jurídico/parlamentar da burocracia.

Se a plenária não organizar a luta pelas reivindicações com os métodos da luta de classes, e se as correntes da OC não se colocarem à altura dessa tarefa urgente, corremos o risco de ficar reféns das manobras da burocracia novamente. Nesse sentido, a plenária do dia 09 de março deve exigir as correntes da OC a se posicionarem urgentemente sobre a aprovação de um plano de lutas em defesa dos desempregados e imediata efetivação a todos, e que convoquem amplamente as bases a participarem. ●

CAMPANHA EM DEFESA DA PROFESSORA PERLA CAMILA DE MELO MARTINS, penalizada sem um mês de salário por apoiar estudantes em 2014

Em junho de 2014 a professora e conselheira da Apeoesp, Perla Camila de Melo Martins foi perseguida e desligada da escola onde foi efetivada, pelo governo e a Diretoria de Ensino, por se colocar contra o Programa de Ensino Integral (PEI), e por apoiar um movimento de alunos e da comunidade. Na época a professora cumpria as decisões das assembleias do sindicato, de rejeição ao Programa. Esta foi intimada, em 2022, a responder uma medida administrativa, referente a um movimento reivindicatório de alunos.

Em 2014 a E.E. Dr. Eduardo Correia em Caraguatatuba, implementou o PEI a toque de caixa, sem um amplo debate com professores, pais e alunos. Muitas promessas foram feitas aos alunos e à comunidade, porém não foram cumpridas. Os alunos desta unidade ergueram, então, uma pauta de reivindicações, e se mobilizaram, contando com o apoio da

professora e alguns pais. A dirigente de Ensino, na época, e a direção/gestão, também na época, acusaram a professora de ter induzido o movimento interno, negando o instinto de luta da juventude oprimida. A professora foi penalizada com o seu desligamento da escola. Ao invés de cessar a persegui-

ção, o governo abriu uma portaria em 2019 para instaurar um PAD (processo administrativo disciplinar), alegando “falta grave”. Após responder um longo processo de oitivas, com testemunhas contra e a favor, gerando desgaste emocional, veio então a penalidade por parte da Corregedoria do Estado de um mês de suspensão de salário e do trabalho, pelo processo ter mitigado demissão.

Essa tem sido a forma como a política do governo com as Diretorias de ensino vêm perseguindo sindicalistas e quem se coloca a favor de melhorias para a escola.

A penalidade implica na coibição das liberdades sindicais, do direito de livre manifestação e expressão dos professores. O quadro de penalidades vem se alastrando, o sindicato deve responder a isso denunciando e auxiliando os penalizados.”

Ante o fato aqui exposto, solicitamos o apoio político e financeiro da APEOESP, com o pagamento do salário do mês referente a penalização (30/01 à 02/03), resguardando o direito à luta e ao não prejuízo financeiro, uma vez que os salários estão arrochados e as condições de trabalho diante da política do governo estão cada vez mais aviltantes. ●

MUNICIPAIS - SÃO PAULO

Confirma-se a política divisionista e corporativista da burocracia sindical do Sinpeem

Na primeira reunião de representantes de escola, seguida da reunião de conselho geral do SINPEEM de 2024, confirmou-se nosso prognóstico, de que a conformação da COEDUC (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal) – bloco burocrático da direção do SINPEEM com as direções do SEDIN (Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil) e SINESP (Sindicato dos especialistas de educação do ensino público municipal de São Paulo) – pavimentaria o divisionismo imposto pelas burocracias sindicais, isolando os trabalhadores da Educação dos demais setores do funcionalismo municipal na luta contra os ataques de Nunes/MDB.

Dizemos isto, pois a campanha salarial de 2024 foi iniciada pelo Fórum das entidades, que reúne mais de 20 entidades representativas dos trabalhadores (saúde, assistência social, serviço funerário, médicos, dentre outros), no dia 21 de fevereiro, quando convocaram e realizaram assembleia com paralisação, enquanto o SINPEEM e seus seguidores convocaram assembleia para o dia 8 de março. A assembleia unificada do fórum das entidades reuniu cerca

de 200 trabalhadores e aprovou nova assembleia também para o dia 8 de março.

Apesar de haver uma ampla convocação de todas as entidades para o dia 8 de março, a direção do SINPEEM insiste, por meio da defesa de Claudio Fonseca/PCdoB, que não é possível unificar a luta do funcionalismo municipal, porque nossas reivindicações são distintas. Ressalta que os demais setores do funcionalismo tiveram seus salários transformados em subsídios, enquanto os trabalhadores da Educação têm preservado seu regime de remuneração e os direitos da carreira (quinquênios, sexta-parte, evolução funcional). Vale lembrar que Claudio Fonseca foi o primeiro a abandonar o Fórum das Entidades, mas sofreu uma derrota no início da Campanha Salarial de 2023, quando a categoria aprovou em assembleia a luta unificada do funcionalismo, mas, logo em seguida, conseguiu submeter as demais entidades, que também se utilizam de métodos burocráticos e pacifistas, a aceitarem o acordo rebaixado do governo.

O fato é que, com sua defesa corporativista, o presidente do SINPEEM conseguiu arrastar o sindicato da educação infantil e o sindicato dos gestores para tam-

bém se retirarem do Fórum das entidades. A conclusão desse processo é o de que a direção do SINPEEM se encontra mais fortalecida para impor sua política divisionista e corporativista, e exercer maior controle das assembleias nesta campanha salarial. Na reunião do conselho geral do SINPEEM os burocratas chegaram a defender que o fórum das entidades deveria fazer sua assembleia em outro local, e que nenhuma entidade falaria na assembleia do SINPEEM, além das que compõem o bloco burocrático.

Por isso, nós da Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora defendemos em todas as instâncias a mais ampla unidade dos trabalhadores para enfrentar as ofensivas dos governos privatistas de Tarcísio/Republicanos e Nunes/MDB. Demonstramos na prática que o conjunto do funcionalismo municipal e estadual vem sofrendo os mesmos ataques: ao emprego, com a ampliação da terceirização e privatização dos serviços públicos, bem como a substituição dos servidores por trabalhadores com contratos precarizados; aos salários, com a política de subsídios e o arrocho salarial com “reajustes” abaixo da inflação; e com o ataque aos direitos conquistados com

O fato é que, com sua defesa corporativista, o presidente do SINPEEM conseguiu arrastar o sindicato da educação infantil e o sindicato dos gestores para também se retirarem do Fórum das entidades. A conclusão desse processo é o de que a direção do SINPEEM se encontra mais fortalecida para impor sua política divisionista e corporativista, e exercer maior controle das assembleias nesta campanha salarial.

luta (ataque à Previdência e direitos das carreiras).

Portanto, convocamos todos os trabalhadores a construir a real unidade, pela base, passando por cima de suas direções burocratizadas e impondo um plano de reivindicações unitário, impulsionado pelos métodos da luta de classes (greves, manifestações, ocupações, etc). ●



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

BOLETIM DA UNIDADE CLASSISTA, COMBATIVA E INDEPENDENTE

distribuído no ato de 21/02 e no RE do sinpeem



CAMPANHA SALARIAL 2024

ORGANIZAR A LUTA UNIFICADA DO FUNCIONALISMO

CONTRA OS ATAQUES DE NUNES/MDB E TARCÍSIO/Republicanos

A Educação pública, como parte dos serviços públicos, está sob ataque dos governos privatistas de Tarcísio/Republicanos e Nunes/MDB. Nas redes estadual e municipal de ensino de São Paulo o ano letivo inicia marcado pelo aprofundamento dos ataques sobre a educação pública e seus trabalhadores. A intensificação da precarização do trabalho encontra seu auge com a grande falta de professores neste início de aulas, consequência da política de terceirização, que se deu no último período com os contratos precarizados em ambas as redes, do fechamento de salas em diversas escolas, principalmente na EJA, mas também em função da ampliação do Programa São Paulo integral no município bem como das escolas do PEI na rede estadual.

Somam-se a esse processo de precarização, imposto ao conjunto do funcionalismo, as políticas de arrocho salarial, de ataque a direitos como previdência, direitos das carreiras (evoluções funcionais, quinquênios, faltas abonadas, etc.) e da piora constante das condições de trabalho, que tem levado a um aumento alarmante do adoecimento físico e psíquico dos servidores.

O concurso público realizado na rede municipal há mais de um ano, tem seus aprovados convocados a fazer a escolha - com grande atraso - com as aulas em andamento, ou seja, ao menos mais um bimestre com as escolas sofrendo com a falta de professores e salas abarrotadas. Já o concurso público da rede estadual serviu única e simplesmente para legitimar o desemprego e a continuidade da precarização do trabalho por meio dos contratos que dividem os professores em várias categorias.

Junto a isso, em pleno ano eleitoral para a prefeitura, o governador Tarcísio e o Prefeito Ricardo Nunes lançam mão de um projeto de muni-

cipalização de 50 escolas estaduais, o que significa mais um passo em direção à imposição das terceirizações e privatizações na educação, caminho já pavimentado na educação infantil e que também já chegou às escolas de Ensino Fundamental. É necessário nos posicionarmos contra esse processo de municipalização autoritário, às costas da categoria, após finalizado o ano letivo de 2023, que descartou os trabalhadores da rede estadual dessas escolas, substituindo-os por trabalhadores contratados pela rede municipal. É preciso denunciar também as direções da APEOESP e SINPEEM, que se calaram diante de mais esse ataque.

Como podemos observar, o projeto privatista, compartilhado entre os dois governos, se concretiza por meio da política de destruição dos serviços públicos, e consequentemente dos seus servidores. **Por isso, a resposta dos trabalhadores no dia 8 de março é o da luta unificada do conjunto do funcionalismo contra o desmonte da educação e demais serviços públicos em São Paulo, orquestrado por Nunes e Tarcísio. Trabalhadores da educação, metrô, cptm, saúde, assistência social e demais serviços públicos devem tomar as ruas de São Paulo e impor suas reivindicações por meio da luta direta, nas ruas, com as assembleias conjuntas regidas pela democracia operária, para aprovar um plano de reivindicações comum de defesa dos serviços públicos, bem como do emprego, do salário e de melhorias nas condições de trabalho dos servidores municipais e estaduais.**

DIVISIONISMO NA CAMPANHA SALARIAL 2024 DOS MUNICIPAIS

A burocracia que dirige o SINPEEM continua apostando na divisão para enfraquecer a luta do funcionalismo e facilitar as negociações corporativistas com o governo, as costas da categoria.

Dizemos isso porque a campanha salarial 2024 está sendo preparada pela direção do SINPEEM por meio de um bloco burocrático com a direção do SEDIN e do SINESP, denominado COEDUC, desfazendo a unidade com as demais entidades do funcionalismo, que compõe o Fórum das entidades, e que convocou assembleia unificada para o dia 21 de fevereiro. Inclusive, é preciso denunciar que há setores da “oposição”, que compõe a diretoria do SINPEEM, que afirma que há avanços nesta suposta unificação do SINPEEM com o SEDIN e SINESP. Nós, da UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA avaliamos que não há nenhum avanço. Primeiro, porque não se trata de unificação e sim de uma junção burocrática à margem da categoria, que impôs um calendário e plano de lutas que sequer foi debatido no último congresso do SINPEEM, mas aprovado a toque de caixa na última plenária. **Unidade se dá pela base e em luta!** Segundo, por que não podemos caracterizar como avanço o abandono da unidade com mais de 20 entidades do funcionalismo para formar um bloco de 3 entidades, apenas da educação.

Portanto, se trata de um retrocesso na luta do funcionalismo, imposta por Claudio Fonseca/PCdoB e seus seguidores que se utilizam do discurso de que não é possível unificar a luta com as categorias do funcionalismo, que já “aceitaram” o regime de subsídios aos salários, o que não passa de uma estratégia corporativista de separar a Educação do restante do funcionalismo, para enfraquecer as lutas, e com isso manter maior controle sobre elas. Tudo indica que continuará aproveitando-se do temor da categoria em relação ao regime de subsídios, para tentar seguir firmando acordos rebaixados com o governo. É importante ter claro que esse “calendário de lutas”, imposto pela burocracia sindical, buscará seguir o caminho do imobilismo,

sustentada pelas mesas de negociação entre a burocracia e o governo. **Nossa resposta deve ser a de parar todas as escolas no dia 08 de março,**

e comparecer à assembleia, para decidirmos coletivamente os rumos do movimento. Cada representante de escola deve assumir o compromisso

de mobilizar sua escola e exigir que a direção sindical coloque a estrutura sindical a serviço da organização da luta. ●

Defendemos:

- **A mais ampla unidade do funcionalismo em luta para barrar os ataques de Nunes e Tarcísio**
- **Garantia de emprego com efetivação e estabilidade a todos**
- **Reajuste real dos salários com incorporação imediata dos abonos complementares.**
Fim da política de subsídios aos salários!
- **Fim da política de terceirização e privatização na educação e demais serviços públicos**
- **Reabertura das salas e escolas fechadas. Abaixo ao projeto de escola de tempo integral!**
- **Abaixo a reforma do ensino médio!**
- **Pela revogação do Decreto 62.555/2022, que ataca o direito as férias**
- **Organização da luta com os métodos da ação direta, da luta de classes, com grandes manifestações, greves e ocupações de prédios e avenidas. Nenhuma ilusão nas negociações entre as burocracias e o governo, com a categoria desmobilizada!**

NOTAS OPERÁRIAS

Aumento da exploração assalariada e da terceirização garantem o crescimento dos lucros monopolistas

A participação dos salários no PIB brasileiro caiu 12,9% desde 2016, segundo o IBGE. Em 2016, era de 35,5%; já em 2021, era de 31%. Durante esse mesmo período, o chamado “excedente operacional bruto” das empresas (a fonte dos lucros) cresceu, de 32,2% (2016), para 37,5% (2021): um crescimento de 16%.

Aí estão as violentas consequências das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da terceirização sobre os assalariados. Leis malditas que determinam a contínua diminuição dos salários e destruição de direitos em favor do aumento dos lucros dos capitalistas. Veja-se que cresceu o exército

dos assalariados precarizados que concorrem no mercado de trabalho, empurrando os salários para baixo, cada vez mais. E ainda que os salários nominais possam conjunturalmente crescer (ajustes mínimos), na medida que o trabalho terceirizado e precarizado chega a todas as atividades-fim, se criam as condições para a redução do valor real dos salários para todos os setores da produção e serviços. A isso, soma-se o aumento dos preços de produtos e serviços, e a redução das aposentadorias, agravando a queda do poder de compra dos salários, e rebaixando ainda mais as condições de vida.

O governo burguês

de Lula/Alckmin decidiu manter as contrarreformas malditas, visando a garantir o sustento do parasitismo financeiro e os lucros dos empresários. As direções sindicais submeteram-se ao governo, aceitando a terceirização, os PDVs, o congelamento dos salários ou ainda seu ajuste abaixo das perdas acumuladas, etc. A colaboração de classes, praticada pelos pelegos e traidores, os faz cúmplices diretos do patronato, em seu objetivo de desgraçar os assalariados para continuar a se enriquecer.

Sem romper com a conciliação de classe, não haverá como reverter a queda dos salários, a destruição de direitos e a

Sem romper com a conciliação de classe, não haverá como reverter a queda dos salários, a destruição de direitos e a precarização trabalhista.

precarização trabalhista. É necessário que as bases imponham às direções venais a defesa dos empregos, direitos e salários. É preciso organizar as oposições revolucionárias para conquistar a independência de classe diante de qualquer governo burguês, e desenvolver os métodos da luta de classes para impor ao patronato as reivindicações, e defender as condições de vida dos trabalhadores. ●

O proletariado mundial reage contra o genocídio e aponta o caminho para a derrota do sionismo e imperialismo

Em 18 de fevereiro, na ilha de Salamina, na Grécia, os trabalhadores portuários mobilizaram à Estação Naval da Armada grega, para exigir não se envie a fragata “Hydra”, como parte da Força Tarefa que atua no Mar Vermelho, e cujo objetivo é apoiar a intervenção imperialista no Iêmen e a proteção dos interesses sionistas. O *Sindicato Pan-helênico de Trabalhadores Navígeros* (PENEN) exigiu o fim de qualquer ajuda do Estado grego a Israel que permita continuar com o genocídio. “*Não à intervenção da marinha grega no Mar Vermelho e Oriente Médio*”, “*Fechamento das bases da morte*” – em referência às bases da OTAN –, “*Ruptura com a OTAN*”, foram algumas das palavras de ordem erguidas.

Há duas semanas, os operários portuários da Índia se recusaram a carregar navios com armas para Israel, afirmando que não querem ser cúmplices dos massacres em Gaza. A medida foi tomada pela *Federação dos Trabalhadores dos Transportes Aquáticos* (WTWF). O secretário-geral do sindicato, T. Naraendra Rao, afirmou: “*Se qualquer navio transporta armas ou munições ou carga de armas para Israel, decidimos boicotar. Não cooperaremos com isso.*” A WTWF é filiada à *Central Sindical Indiana* (CITU) e à *Federação Mundial de Sindicatos* (FSM), e decidiu agir após o chamado dos sindicatos palestinos que participaram de uma reunião da FSM solicitarem aos sindicatos ações práti-



cas para frear o genocídio.

A solidariedade instintiva dos operários portuários da Índia e da Grécia com os palestinos é expressão de uma tendência geral presente em amplos setores da classe operária mundial. No fim do ano passado, os três principais sindicatos de transportes da Bélgica anunciaram que deixariam de transportar armas para Israel, por terra, ar ou mar. Os trabalhadores estivadores de Barcelona, semanas depois, se recusaram a carregar ou descarregar qualquer material ou equipamento militar destinado a Israel. Os governos burgueses desses países foram obrigados a “suspender” (temporariamente) a exportação de munições e armas para Israel.

Os operários de diferentes países, instintivamente, tomaram uma clara posição perante o genocídio na Palestina e criam condições, com suas ações, para a derrota do sionismo. O mesmo se verifica ao longo da história do século XX. Entre 1948 e 1994, marinheiros e estivadores de vários países se uniram para boicotar e isolar o regime de apartheid da África do Sul. Os *Sindicatos Marítimos Contra o Apartheid* (MUAA) foram

formados como seções no interior dos sindicatos da Dinamarca, Grã-Bretanha e Austrália.

Quanto aos portuários indianos, essa tradição deita raízes na luta contra a opressão colonial. Em 1939, quando a Índia era ainda uma colônia inglesa, deflagraram uma greve, para impedir a navegação dos países colonialistas na Ásia, em defesa dos movimentos anticolonialistas. Em 1945, boicotaram por nove meses os navios da Holanda, em apoio à luta pela independência da Indonésia (ex-colônia da Holanda). Agora têm por tarefa atacar as fontes econômicas do sionismo em seu país, paralisando as fábricas que vendem drones para Israel (*Adani Defense and Aerospace*, que trabalha em parceria com a israelense *Elbit Systems*). O estado sionista se tem valido dessa *Join-venture* empresarial para contornar o “bloqueio” dos houthis no Mar Vermelho, enviando os equipamentos militares até os Emirados Árabes Unidos, e daí os transportam por terra. Se os operários indianos atingissem esses interesses, abrirão uma frente para a efetiva derrota do sionismo.



A solidariedade instintiva dos operários portuários da Índia e da Grécia com os palestinos é expressão de uma tendência geral presente em amplos setores da classe operária mundial.

A classe operária mundial está manifestando todo o seu instinto de classe e, apesar do atraso em sua consciência política, cavam uma trincheira ao lado dos oprimidos contra os opressores e genocidas. Mas, é ainda necessário dar um salto à frente, unindo seu instinto ao programa pela derrota militar do sionismo. Um passo será dado quando os operários se coloquem à cabeça do movimento mundial em defesa dos palestinos, e organizem os boicotes, as greves e as ocupações das empresas ligadas ao Estado e à burguesia israelense. Assim se ajudará efetivamente os palestinos e os houthis a derrotarem seus inimigos, ao mesmo tempo em que se abrirá uma via à derrota da burguesia imperialista em seus próprios países. ●

As massas reagem aos ataques da burguesia mundial: unificar as lutas sob as bandeiras anti-imperialistas



A ofensiva sionista sobre o sul de Gaza é mais um passo no genocídio, que tem por fundamento a posse de territórios e recursos pela força militar, e se caracteriza pela expulsão dos palestinos de suas terras ancestrais e a limpeza étnica na Palestina. Processo que se iniciou muito antes da criação do estado sionista de Israel (1948). Sua constituição por disposição das potências, de fora para dentro da realidade histórica e das fronteiras nacionais, constituiu Israel como enclave do imperialismo na região.

A partir disso, coloca-se o conteúdo social que associa o genocídio desfechado pelos sionistas contra os palestinos ao genocídio dos judeus pelos nazistas. A posse de territórios, o roubo de propriedades e riquezas, recorrendo ao massacre sistemático de um povo, são impulsionados pelos interesses da grande burguesia imperialista – do capital financeiro internacional. Interesses e métodos que se fizeram presentes na Alemanha nazista: invadiu inúmeros países, usou de seus territórios e recursos (naturais e industriais), e massacraram milhões de judeus, e os expulsou dos lares nacionais que habitavam há séculos, se apropriando pela força de suas propriedades (terras, riquezas e propriedades), visando a impor pela força militar uma divisão da



*... o genocídio na Palestina e a guerra na Ucrânia são manifestações das tendências das potências imperialistas de impor uma nova divisão do mundo para desse modo manter vivo, ainda que conjunturalmente, o moribundo capitalismo. O mesmo objetivo impulsiona as contrarreformas salariais, trabalhistas e previdenciárias sobre os assalariados. Mas, **cada passo dado nesse caminho empurra os explorados e oprimidos a reagirem e lutarem.** A revolta instintiva das massas contra a exploração burguesa e a opressão imperialista se projeta por toda parte.*

Europa e das colônias mais favorável ao imperialismo alemão. Na Palestina, esses interesses se apresentam sob a forma de ocupação militar de territórios (Israel ocupou também territórios da Síria e Jordânia à força), e pelo objetivo de impulsionar os interesses imobiliários, a prospecção das jazidas de gás nas águas de Gaza que enriquecem a burguesia imperialista e sionista.

O racismo desferido pelos nazistas contra os judeus e outras etnias e raças consideradas “inferiores” (ciganos, eslavos, muçulmanos, etc.) foi apenas um véu ideológico erguido para acobertar os verdadeiros interesses materiais que determinavam o genocídio, e obscurecer perante as massas as reais fontes de suas desgraças: o agravamento de sua opressão de classe. O regime de apartheid racista erguido pelos dos sionistas tem o mesmo conteúdo, os mesmos objetivos e métodos gerais – ainda que se diferenciem na escala dos massacres e da fração da burguesia imperialista que se vê favorecida. Quanto à degradação dos palestinos à condição de “sub-humanos”, e que é possível “escravizá-los” (como afirmaram a Ministra de Direitos Humanos e empoderamento feminino ou o Rabi de Israel), tem o mesmo fundo ideológico racista e xenófobo do nazismo.

Ainda assim, os mesmos interesses econômicos se manifestam na guerra

na Ucrânia. O imperialismo procura usar esse país como ponta de lança de seu objetivo estratégico de destruição da propriedade estatizada pela revolução, desmembrando a Rússia em estados étnicos para, assim, retomar a recomposição de forças produtivas imperialistas sobre a base da destruição dos recursos industriais e agrícolas russos – e, principalmente, chineses.

Está aí porque o genocídio na Palestina e a guerra na Ucrânia são manifestações das tendências das potências imperialistas de impor uma nova divisão do mundo para desse modo manter vivo, ainda que conjunturalmente, o moribundo capitalismo. O mesmo objetivo impulsiona as contrarreformas salariais, trabalhistas e previdenciárias sobre os assalariados. Mas, cada passo dado nesse caminho empurra os explorados e oprimidos a reagirem e lutarem. A revolta instintiva das massas contra a exploração burguesa e a opressão imperialista se projeta por toda parte.

Os operários portuários da Índia e Grécia deram continuidade aos exemplos dos operários belgas e espanhóis, paralisando o envio de armamentos e de insumos de guerra para Palestina e Oriente Médio. Nos EUA, foi formada uma “frente” de mais de 400 sindicatos para protestar e exigir o imediato cessar-fogo e fim dos massacres de pa-



//

...

A burguesia imperialista introduziu dentro de suas fronteiras nacionais as condições para um levante geral dos oprimidos. O problema é que essa revolta não rompe o corporativismo e não se projeta para o combate direto ao Estado burguês, pois o programa revolucionário não está presente. Falta às massas sua direção revolucionária, capaz de unificar as lutas sob um movimento geral contra os genocidas e opressores do mundo.

lestinos. Instintivamente, a classe operária demonstra um profundo instinto de solidariedade de classe com os oprimidos, retomando as melhores tradições do internacionalismo, se chocando abertamente contra seus governos e suas burguesias, abrindo uma via à luta de classes.

A revolta dos agricultores europeus reflete as consequências das “medidas de guerra” contra a Rússia na economia do continente. A prorrogação da isenção de impostos aos grãos ucranianos, o aumento dos custos de produção, e a importação de produtos baratos das semicolônias leva os pequenos produtores à falência. Ao lado das contrarre-

formas previdenciárias e trabalhistas, estão a serviço da valorização do capital financeiro, para que a burguesia possa saquear os ganhos populares e parasitar os gastos de uma guerra que já consumiu muitas dezenas de bilhões de dólares em armas e munições.

A burguesia imperialista introduziu dentro de suas fronteiras nacionais as condições para um levante geral dos oprimidos. O problema é que essa revolta não rompe o corporativismo e não se projeta para o combate direto ao Estado burguês, pois o programa revolucionário não está presente. Falta às massas sua direção revolucionária, capaz de unificar as lutas sob um movimento geral contra os genocidas e opressores do mundo. Impulsionar as greves, ocupações, bloqueios e manifestações, sob a bandeira da derrota militar do imperialismo e sionismo no Oriente Médio, abre um caminho para essa unificação mundial das ações dos operários da Índia, Grécia, Espanha, Bélgica e outros países, e um caminho para que se possa soldar esse instinto de luta pela derrubada das burguesias pelo proletariado. Também é verdadeiro que a derrota militar do imperialismo na Ucrânia favorece sua derrota na Palestina.

A bandeira da derrota militar do imperialismo e aliados em cada país coloca na mesma trincheira o conjunto dos oprimidos que enfrentam a violenta opressão social e nacional. A trincheira que se ocupa nessa guerra desatada entre oprimidos e opressores é decisiva para a reconstrução da direção

revolucionária mundial, sobre bases programáticas e ideológicas firmes, ao mesmo tempo em que separa os marxistas e revolucionários da pequena burguesia pacifista e dos revisionistas pró-imperialistas. O verdadeiro combate à extrema-direita em toda parte tem como ponto de partida defender as reais necessidades das massas, tomá-las como bandeiras contra os governos burgueses e o imperialismo, por meio dos métodos da luta de classes, e com organização de total independência política de classe. A luta das massas por suas necessidades se choca com as instituições da democracia burguesa e, se desenvolvida livremente, enfrenta-se com todas as frações da burguesia, que caminha cada vez mais à direita, para preservar seu poder de classe, seus lucros, e a exploração da maioria. Combater o desvio das massas para as vias parlamentar e jurídica, promovido pelas direções das organizações de massa, é a tarefa mais imediata da luta revolucionária no mundo todo. ●

FOLHET

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquirar com nossos militantes!

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA É INCAPAZ DE IMPEDIR O GENOCÍDIO EM GAZA

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), fundada em 1945, também chamada de Tribunal Internacional de Justiça, é um órgão da ONU que tem como principal atribuição analisar conflitos de transcendência internacional, e julgar os Estados neles envolvidos. Neste sentido, se diferencia do Tribunal Penal Internacional (TPI), que julga indivíduos acusados de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, etc.

A Corte é formada por 17 juízes de diversas nacionalidades, eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU.

No dia 29 de dezembro de 2023, o governo da África do Sul acionou a Corte, acusando o Estado de Israel de violação à Convenção para a Prevenção ao Crime de Genocídio, pedindo para que o Tribunal decida pela suspensão imediata (cessar-fogo) da ofensiva militar de Israel sobre a Faixa de Gaza. A Corte se limitou a, de imediato, determinar que Israel “deve tomar todas as medidas possíveis para prevenir quaisquer atos que possam ser considerados genocídio”, enquanto o processo tramita, o que pode levar anos.

A decisão foi comemorada pelos reformistas em todo o mundo, quando na verdade o que houve foi uma autorização para que o Estado genocida de Israel continue com as suas operações. Tanto foi assim que, logo após o anúncio da decisão, Netanyahu declarou



que “Israel continuará a defender a nós próprios e aos nossos cidadãos, ao mesmo tempo em que adere ao direito internacional”.

Posição diferente teve a CIJ quando, no início da guerra na Ucrânia, este país peticionou pedindo um cessar-fogo. A Corte não vacilou em determinar, rapidamente, por 13 votos a 2, a “suspensão imediata das operações militares”.

O que os reformistas fazem é levar à arena internacional o seu cretinismo parlamentar. Isto fica evidente na postura do governo Lula, que adere à petição da África do Sul, dá declarações caracterizando a ofensiva de Israel como genocida, ao mesmo tempo que mantém relações com o “Estado genocida”, negócios com empresas israelenses e, inclusive, no momento, lidera a missão da ONU para combater os “piratas” e “terroristas” no Mar Vermelho, cujo alvo hoje são os houthis, que se lançam a operações militares contra barcos das

nações imperialistas e do sionismo, com a bandeira política de defesa dos palestinos e o objetivo de ajudar a frear o genocídio..

Apelam à Corte da ONU, que nem mesmo permitiu a adesão da Palestina como membro para não contrariar Israel, que nunca irá aceitar a existência de um Estado palestino, o que se refletiu na decisão de dar status jurídico da Palestina como “Estado Observador não membro”, ainda que 138 de 193 países membros reconheçam o Estado da Palestina. Isto porque a maior parte dos países imperialistas – Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Israel, Japão, etc. – não pretende reconhecer a existência de um Estado Palestino, porque isto significaria entravar, ainda que juridicamente, as ações de colonização militar de territórios palestinos pelo Estado sionista.

A ONU, que impede a Palestina de ser representada, é a mesma que em 1947

aprovou a Resolução 181, determinando a partilha da Palestina e criação dos dois estados. Israel foi criado em 1948, e se tornou membro da ONU em 1949.

Como se vê, o cretinismo parlamentar não tem limites.

Por outro lado, trabalhadores portuários na Índia, na Itália e na Espanha aprovaram, em assembleias, que não trabalharão e bloquearão o embarque de armas a partir de seus países que se destinariam ao genocídio dos palestinos, evidenciando que o cessar-fogo e o fim do genocídio dependerá da força de pressão nos movimentos no mundo, especialmente da classe operária. Contra os seus governos, os movimentos devem erguer as bandeiras de ruptura imediata com o Estado de Israel, boicote às empresas sionistas e pelo imediato cessar-fogo! Se avançarem por essa trilha, se darão passos firmes pela derrota militar e política de Israel e do imperialismo. ●

Sem o apoio bilionário dos EUA, as forças da OTAN na Ucrânia retrocedem, e a Rússia avança. Mas para onde?

A cidade de Avdiivka, no Leste ucraniano, próxima a Donetsk, foi tomada pelas tropas russas. Depois de 10 anos de combates e guerra civil, as tropas ucranianas e da OTAN (sob a cobertura formal de mercenários) deixaram a cidade. Ela era usada como ponto de lançamento de ataques contra Donetsk, os quais recentemente mataram dezenas de civis, como ponto de entroncamento de ferrovias centrais do país, e tendo uma importante usina de coque, usada na fabricação de ferro e em diversas outras indústrias. A tomada dessa cidade é parte de um avanço militar russo em mais de mil quilômetros de frente militar na Ucrânia. Já não existe quem ache possível uma derrota da Rússia, apenas se discute quando e em que termos haverá um “acordo de paz”. E como será removido o governo fascista de Zelensky, desgastado junto às massas ucranianas.

Poucos dias depois, morreu na prisão o opositor Alexey Navalny. É provável que seja mais um na lista de mortos de forma suspeita, da burocracia russa encabeçada por Vladimir Putin. Navalny era um opositor pró-capitalista financiado, treinado e apoiado por organismos norte-americanos, que foi envenenado em 2020, e preso desde 2021. As manifes-

tações durante seu enterro resultaram em dezenas de prisões. Prisões, mortes e expulsões de opositores são uma marca da burocracia russa desde Stalin.

Dias antes, Putin deu uma entrevista ao jornalista direitista estadunidense Tucker Carlson. Putin praticamente comandou a entrevista. Deu sua versão dos fatos na Ucrânia, desde bem antes de 2022. Chamou a atenção pelo relato do acordo firmado logo no início da guerra com a Ucrânia e países da OTAN, que previa que os russos deixariam Kiev e suas proximidades, em troca do fim da guerra civil no Leste contra os russos e reconhecimento das regiões que se proclamaram território pertencente à Federação Russa. Putin alega que cumpriu sua parte no trato, mas que o então chanceler britânico Boris Johnson agiu para que não se cumprisse a parte da Ucrânia e Ocidente. Semana depois, iniciou-se a 1ª contraofensiva ucraniana armada pela OTAN.

Em geral, não se pode confiar nos relatos da burocracia ou de seus opositores ocidentais, e menos ainda durante uma guerra. A contrainformação é parte da guerra. Mas uma coisa se pode tirar da entrevista de Putin: a reafirmação de que a burocracia se move inteiramente para preservar a fonte de seu poder e seus ganhos, que é

a propriedade nacionalizada. Por isso, busca sempre e em toda ocasião a via do acordo com o imperialismo. Ainda que pudesse, no início da guerra, impor militarmente a derrota do governo Zelensky, preferiu a via do acordo e a retirada das tropas. Ainda que possa hoje derrotar militarmente a Ucrânia, diante da impossibilidade do imperialismo sustentar com centenas de bilhões de dólares a contraofensiva sobre a Rússia, prefere convocar ao acordo que preserve seus interesses mesquinhos.

Nossa posição de defesa da Rússia contra a OTAN não inclui a defesa da burocracia, ou de sua política, ou de seus métodos. A derrota militar da OTAN interessa ao proletariado mundial porque preserva circunstancialmente a propriedade nacionalizada (conquista da Revolução Russa de 1917) e o controle estatal da indústria, agricultura e bancos. Mas é necessário e imprescindível manter e agir sob o programa da Revolução Política, que tem por objetivo a derrubada da burocracia e a volta do controle da economia e da política às organizações das massas. Somente sob a política proletária será possível defender de fato a transição ao socialismo iniciada pela Revolução Russa, e avançar para a derrota mundial do imperialismo, sem a qual não haverá paz duradoura. ●

Fora com todas as tropas do imperialismo estadunidense do Oriente Médio!

Os Estados Unidos mantêm bases militares e tropas em países do Oriente Médio, como Síria, Iraque e Jordânia. Têm 900 soldados somente na Síria. Nesse país, ocupam parte do território, e exploram o petróleo, roubando de seu país e enviando-o para consumo nos EUA. O campo petrolífero de al Omar e al-Shaddadi, no nordeste do país, serve a esse propósito. O pretexto é o combate ao Estado islâmico

co e a grupos aliados do Irã, organizados nesses países. Depois do início do genocídio em Gaza, houve ataques entre as bases ianques e os grupos islâmicos presentes na região.

A imprensa burguesa deixa de lado a ocupação militar de parte do território de um país pelos EUA. Ninguém fala de autodeterminação dos sírios ou iraquianos, ou jordanianos, quando são os EUA que ocupam seus países. Nem as

esquerdas democratizantes e pró-imperialistas. Choram pelas dezenas de mortes em Gaza, realizadas com as armas e munições fornecidas pelos EUA, mas não se manifestam nas outras regiões do mundo em que os EUA e a OTAN atacam militarmente.

Estamos ao lado de todos os grupos islâmicos organizados que sofrem ataques dos EUA na região, ainda que não apoiemos seus programas, métodos

e políticas. Toda vitória do imperialismo o fortalece no mundo todo para aumentar a opressão nacional, inclusive no Brasil. Toda derrota do imperialismo o enfraquece em seus ataques contra as massas.

Erguemos bem alto a bandeira de **FORA O IMPERIALISMO E SUAS TROPAS DO ORIENTE MÉDIO! PELA DERROTA MILITAR DO IMPERIALISMO E DE SEU ENCLAVE ISRAEL EM TODA PARTE!** ●



Derrota de Milei no Congresso abre um caminho de crise de governabilidade e de realinhamentos burgueses

A luta de classes pelas reivindicações mais sentidas colocará as massas no caminho de ruptura de suas ilusões democráticas

■ Fechamos esta edição de O Internacionalista nº 13 no momento em que o Congresso retoma as sessões ordinárias e o tratamento do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), apresentado pelo governo em dezembro passado, e que foi judicializado pela oposição burguesa e as burocracias sindicais, deixando alguns artigos sem efeito de aplicação (reforma trabalhista, derrogação da lei de Terras, etc.), até que a Corte Suprema de Justiça (CSJ) se pronuncie sobre sua constitucionalidade. O DNU contém quase os mesmos artigos das “Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, ou “lei ônibus”, que foi “engavetada” no Congresso há duas semanas, pela ruptura dos acordos alcançados entre a base parlamentar aliada e os governadores com o governo ultradireitista.

É provável que o governo tente negociar mudanças no DNU como aconteceu com as “Bases”. O governo não conta com maioria parlamentar e precisa de aliados para aprová-lo. O que será bem mais difícil, depois de parte dos partidos e governadores aliados se revoltarem com Milei pela sua decisão de confiscar repasses fiscais, em retaliação pelo fracasso do mega-projeto de lei no Parlamento.

Se o DNU for rejeitado, se abrirá uma crise política mais profunda, e

colocará em xeque o governo ultradireitista. Tudo indica que o Congresso não está disposto (incluindo os aliados) a lhe conceder faculdades extraordinárias (ditatoriais) para legislar e governar por cima do Congresso. Assim, para que o DNU sobreviva, o governo terá que negociar cada medida de seu programa com a “casta política” que tanto denunciou, e que, agora, está na ofensiva contra o governo por conta de verbas bilionárias.

QUANTO MAIS CONCEDIA O GOVERNO, MAIS CONDIÇÕES CRIAVA PARA SUA DERROTA

O “megaprojeto” de Lei de Milei foi sendo recortado, dia após dia, no Congresso. Dos 664 artigos iniciais, pouco mais da metade ficou. As negociações no seio do Parlamento mostraram, a cada dia que se passava, que não era Milei que centralizava o Congresso, mas o contrário se passava. Chegou-se ao ponto de até os deputados mais fiéis ao governo, do PRO (partido do ex-presidente Mauricio Macri, e da ex-candidata a presidente, Bullrich) e da UCR, cortarem um a um vários dos artigos da “mega-lei” que eram considerados “inegociáveis” pelo governo. Mas, este cedia a todas as exigências, almejando contar com os votos necessários para aprovação em particular das “Bases”. Chegou-se ao absurdo de se lerem modificações por modificação na plenária

do Congresso, ou fazer anúncios televisivos de retirada de mais artigos pelo Ministro da Economia, Luis Caputo, para conseguir esses votos.

O governo ofereceu aos deputados e governadores: **a)** retirar as modificações do Regime de Regularização de Obrigações Tributárias Alfandegárias e da Segurança Social, e do Regime de Regulamento de Ativos, que fariam seus recursos serem centralizados pelo governo, para oferecer aco-participação a estados e prefeituras; **b)** não baixar os impostos sobre os cigarros e que se dividiriam esses recursos fiscais; **c)** não aumentar as taxas sobre a exportação agrícola; **d)** compartilhar com os estados 30% dos recursos arrecadados pelo imposto PAIS; **e)** não “reformular” o Regime Federal de Pesca, tentando ganhar os governos dos estados que dependem desse regime para arrecadar fundos; **f)** não tocar nos fundos fiduciários do setor energético dos governos estaduais do sul do país, mais frios, que subsidiam as tarifas de gás repassadas aos consumidores; dentre outras tantas mais dezenas de artigos.

Esse “toma lá, dá cá” se impôs até o momento em que a “oposição dialoguista” da UCR e dos partidos estaduais se manifestarem contrários a novas modificações, incorporadas pelo governo após sua aprovação em geral, a exemplo da modificação dos ajustes

das aposentadorias segundo um cálculo estabelecido pelo próprio governo, e não reajustado por lei. Ou da eliminação do Fundo de Garantia da Sustentabilidade da ANSES (regime público de aposentadorias), que ajuda muito os estados a terem fundos para pagar reajustes e aposentadorias. Diante da possibilidade de as “Bases” serem cortadas mais ainda, o governo “aceitou” aprovar seu tratamento em comissões. Como o período de sessões especiais convocadas para tratar as “Bases” se esgotou, isso significava que tudo ficaria sem efeito, e para as “Bases” serem novamente debatidas teriam de refazer todo o processo parlamentar.

UMA DERROTA POLÍTICA EM PRIMEIRO LUGAR DE MILEI, MAS TAMBÉM DE MACRI E ALIADOS

A derrota de Milei é também a da aliança política constituída pelo PRO e a UCR, junto de partidos estaduais. Especialmente, do PRO, que governou entre 2015 e 2019, e vem cooptando cargos ministeriais no governo de Milei, que inclusive cedeu um de seus homens mais renomados, Federico Sturzenegger, presidente do Banco Central sob o governo de Macri, para redigir as “Bases...” O PRO contava com seus governadores eleitos e deputados para aprovar as “Bases”. Ao retirar do Congresso as “Bases”, e negar repassar os fundos que correspondem aos estados, Milei bombardeou a possibilidade de que possa sair vitorioso de seus choques com o Parlamento. As lideranças do PRO (Macri e Bullrich, nomeadamente) que estão no governo e agora negociam a distribuição de novos cargos ministeriais e secretarias para a legenda, compartilham do fracasso de Milei. E agora terão de reatar as relações com deputados e governadores do PRO e da UCR, que despedaçaram a “lei Ônibus”.

Diante da ameaça aos recursos fiscais que lhes permitem manter o funcionamento dos governos e obras públicas estaduais, os governadores da base aliada de Milei exigiram mudanças (manter impostos nacionais que se compartilham e dividem com os estados) em troca dos votos dos deputados dos estados. Não obstante, acabaram despedaçando as “Bases...” e abrindo passagem a um choque com o governo federal, quando ficou claro que, apesar de aprovada em geral, seria novamente podada, ao se tratar ponto por ponto. Milei, assim, decidiu não apresentar modificações e retirar

as “Bases” do Congresso. Agora, disse, iria aplicá-las na forma de decretos ou leis específicas. E que não “negociaria” com o Parlamento, governadores e deputados. Todavia, disse que iria convocar um “plebiscito popular” em apoio a seu governo e proposta. Mas, isso é apenas uma bravata, sem qualquer efeito prático: após realizado, o plebiscito será submetido ao Congresso para sua “aprovação” e “legalização”.

Perante a possibilidade de as “Bases” serem cortadas mais ainda, o governo “aceitou” aprovar seu tratamento em comissões. Como o período de sessões especiais convocadas para tratar as “Bases” se esgotou, isso significava que tudo ficaria sem efeito, e para as “Bases” serem novamente debatidas teriam de refazer todo o processo parlamentar.

OS ALIADOS COMEÇAM A SE CHOCAR COM O GOVERNO PELO MANEJO DOS RECURSOS

A demagogia de que “ou se vota tudo, ou nada” chocou-se com os interesses dos partidos que manejam o Parlamento como um balcão de negócios das frações da burguesia que representam. Derrotado, Milei decidiu retaliar os governadores e prefeitos, tanto aliados quanto opositores, avisando-lhes que cortaria os repasses de recursos federais para estados e municípios por considerá-los “traidores”. Anunciou o congelamento dos fundos fiscais repassados em um montante de US\$ 2 bilhões.

A fratura ao interior da base aliada se agravou, quando governadores do PRO disseram que, até Milei não dialogar com eles e resolver o repasse dos recursos, levariam à Justiça suas demandas. Milei decidiu reforçar sua ofensiva, congelando os fundos que mantêm os gastos na educação nos estados, repasses de impostos compartilhados, os salários do funcionalismo, etc. Longe de fazer recuar os governadores, tanto aliados e opositores, aumentou seu descontentamento.

Os governadores dos estados produtores de petróleo (Rio Negro, Neuquén, Santa Cruz, Mendoza e Chubut) decidiram em conjunto “cortar o grifo” do envio de petróleo e gás, até que se restitua o repasse de recursos fiscais. Governadores dos 24 estados decidiram apoiar a medida. Está claro que, se o governo não recuar, o conflito com aliados e

adversários criará condições para que acabem aliando-se e tomando medidas políticas contra o governo, ameaçando sua governabilidade, caso a falta de recursos lhes impeça de pagar salários e empurre os assalariados à luta. Ou ainda, quando leve às manifestações e ao descontentamento de frações da pequena e média burguesia, atingidas pela queda das atividades econômicas e dos subsídios – que se tem tornado uma fonte parasitária de lucros.

A Justiça legitimou a solicitação dos governadores, e exigiu do governo os repasses que são garantidos por lei constitucional. Esses baixaram o tom e pediram “diálogo”. O governo, por enquanto, se nega. Mas, terá de acabar cedendo, se quer garantir sua governabilidade. Ainda mais quando começam as sessões do Congresso, e precisa aprovar suas medidas, e as massas começam a se revoltar, inclusive entre setores que votaram em Milei, e que agora sofrem com a espiral inflacionária e a destruição de suas condições de vida. Um governo que não conta com apoio parlamentar, rodeado de ataques judiciais de opositores e aliados, e que, provavelmente, pode enfrentar uma revolta operária e popular de grandes dimensões, tem de ceder às exigências de setores da burguesia e seus governos estaduais, negociando, mais cedo ou mais tarde, para evitar uma crise política ainda mais profunda.

MILEI NÃO TEVE CONDIÇÕES PARA IMPOR UM GOVERNO BONAPARTISTA

Apesar de conquistar mais de 55% dos votos nas eleições no segundo turno, Milei não conseguiu impor autoritariamente ao Congresso seu megaprojeto de lei. No regime burguês, a vitória eleitoral outorga ao vencedor o acesso à presidência, mas não lhe garante se impor sobre as instituições. Governar o Estado burguês exige a negociação permanente com as frações da burguesia que se expressam por meio do



Milei foi obrigado a abandonar suas pretensões bonapartistas, porque o Parlamento e Judiciário ainda cumprem seu papel de veículo dos ataques contra a vida das massas, e porque tampouco existe o perigo imediato de uma insurreição revolucionária dessas. A defesa da democracia e das instituições tem sido, todavia, a política do imperialismo para toda América Latina.

Parlamento, e são representadas por partidos nacionais ou estaduais. Ali se resolvem seus atritos “democraticamente”, repartem a mais-valia arrancada do operariado na produção social por meio das leis e impostos, assim como se garante a governabilidade burguesa.

Milei foi obrigado a abandonar suas pretensões bonapartistas, porque o Parlamento e Judiciário ainda cumprem seu papel de veículo dos ataques contra a vida das massas, e porque tampouco existe o perigo imediato de uma insurreição revolucionária dessas. A defesa da democracia e das instituições tem sido, todavia, a política do imperialismo para toda América Latina. Para firmar uma ditadura bonapartista, deveria desconhecer esses interesses e necessidades do imperialismo, jogando

no lixo o regime democrático que tanto tem servido a seus interesses, bem como ter apoio nas Forças Armadas. 40 altos chefes militares foram passados para a reserva por um canetaço, para impor na chefia um homem da confiança de Milei, gerando descontentamento. Aliás, as Forças Armadas foram enfraquecidas e atacadas, judicial e politicamente, desde a redemocratização burguesa, em 1983.

A BURGUESIA CONTINUA LUCRANDO, EM MEIO AO AUMENTO DA POBREZA E MISÉRIA

Todo o percurso da chegada e queda das “Bases” no Congresso se realizou às costas dos assalariados. Todas as mudanças foram redigidas em círculos fechados, fora do Parlamento e sob a vigilância do imperialismo. Enquanto os partidos burgueses brigam pela redistribuição de recursos, estão centralizados pelo objetivo de atacar os oprimidos para garantir os lucros monopolistas e o parasitismo financeiro, oprimindo ainda mais as massas na miséria, pobreza e barbárie.

Manuel Adorni, porta-voz do governo, se diz contente por janeiro fechar com um superávit de US\$ 619 milhões, o que não acontecia desde agosto de 2012. Superávit que garante o pagamento dos empréstimos recentes do FMI e os juros da dívida pública, “conseguido” não pelo aumento das riquezas criadas no país, mas pelo empobrecimento da população assalariada, por meio de cortes na saúde, educação, obras públicas estatais e investimentos na produção – que retrocedem há décadas. Superávit obtido à custa de aumentar em quase 10% a quantidade de pobres, passando, de 45%, para aproximadamente 54 % do total da população (maioria de mulheres, crianças e adolescentes).

Mas, não apenas o capital financeiro esteve protegido nestes dois meses de governo de Milei. Houve aumentos de entre 150% e 200% nas tarifas de transportes, luz, água e gás. Enquanto as massas empobreceram, os capitalistas continuam lucrando. Porém, ainda exigem mais: compensações pela queda das vendas e dos negócios (redução de impostos e permanência de subsídios), produto do aumento dos custos de produção – aumentaram os preços de matérias-primas e bens de capital após a “dolarização acobertada” dos preços internos –, e o retrocesso no volume de utilização dos serviços, dada

a redução da demanda, produto do empobrecimento generalizado da população assalariada.

AS MASSAS DEVEM ROMPER SUAS ILUSÕES NO PARLAMENTO E DESENVOLVER A LUTA DE CLASSES

A burguesia não está fazendo seus ataques passando por cima do regime democrático-burguês; mas utilizando-o como principal meio para esses ataques. Assim o faz porque não enfrenta o perigo da luta de classes. Enquanto isso, as massas, que enfrentam o “pacotão” nas ruas, ainda não deram um passo firme à sua independência de classe, combatendo o regime burguês sob seu próprio programa. O que as levaria a rejeitar a politicagem nas instituições da democracia burguesa e combater com seus próprios métodos, com ação direta, pela derrubada dos ataques, as privatizações, as desnacionalizações e o saque do país pelo imperialismo.

As massas demonstraram toda sua força social na greve de dia 24/01. Nas ruas, aos milhões, romperam na prática com o “Protocolo de Segurança”, montado pelo governo para impedir as manifestações. Entretanto, as burocracias limitaram essa força e disposição de luta, visando a que servissem de base social à demagogia do peronismo no Congresso, assim como a que acreditasse que na Justiça iriam conseguir barrar os ataques. Apoiados nessa colaboração de classes, a oposição burguesa peronista posou de representante das “necessidades populares” nas instituições.

Os governos peronistas aprovaram inúmeras contrarreformas, privatizações e ajustes em favor dos lucros dos capitalistas. Assim como agora, também sob esses governos, o Congresso foi o instrumento da ditadura capitalista contra as massas. Agora que estão na oposição, as burocracias e parlamentares peronistas usam o Parlamento para se fortalecer eleitoralmente, caso o governo ultradireitista acabe esvaído e isolado. É sob essa estratégia democratizante que agem as burocracias sindicais peronistas.

Sob pressão das bases, que estão revoltadas contra a destruição de suas condições de vida, convocam paralisações e greves. É o que se passa com as greves recentes dos metroviários e dos trabalhadores da saúde, as mobilizações massivas dos movimentos de

desempregados pela entrega de subsídios e alimentos, e a convocatória dos sindicatos de professores a se prepararem para a greve. Porém, se negam a convocar assembleias gerais e unitárias para debater a aprovação de um plano de lutas nacional das massas assalariadas e oprimidas, pela derubada definitiva e imediata das leis malditas, com a luta de classes. Condicionando as greves e paralisações a um tempo determinado, procuram tanto evitar que as massas avancem

para a greve por tempo indeterminado, procuram pressionar o governo para negociar algum acordo. Enquanto isso, tudo fazem e dispõem de todos seus recursos, para arrastar as massas por trás das manobras eleitorais e parlamentares do peronismo.

É possível derrotar o governo, com a ação unitária e organizada nacionalmente do conjunto dos explorados e oprimidos. Mas, para isso, é necessário que as massas ultrapassem as direções sindicais, subordinadas às manobras

parlamentares da oposição burguesa. É necessária ainda a luta por recuperar os sindicatos para a luta de classes, passando por cima dos burocratas e avançando para uma campanha unificada, a ser realizada nas fábricas e nos locais de trabalho. As massas exploradas e oprimidas poderão pela prática, combatendo as instituições burguesas com seu próprio programa e métodos, abrir o caminho para o programa da independência de classe e da revolução e ditadura proletária no país. ●

As massas são empobrecidas violentamente, para que os capitalistas continuem lucrando em meio à crise

As massas empobrecem para que os capitalistas continuem lucrando. Esse é o plano de Milei para o país. ■■■

Em dois meses do governo ultradireitista de Javier Milei, a pobreza e a indigência deram um salto na barbárie: seis, de cada dez pessoas, são pobres – duas delas indigentes. Em janeiro, 57,4% da população passou a estar abaixo da linha da pobreza (em 2023 esse índice era de 49,5%), enquanto 15% são indigentes (9,6%, em dezembro de 2023). Ou seja: 25 milhões de pessoas são pobres, e 7 milhões, indigentes. Eis o resultado da dolarização, do aumento das tarifas de serviços e dos alimentos, do congelamento dos salários e das aposentadorias, do congelamento dos subsídios sociais e dos repasses de recursos para “empreendimentos cooperativos” aos movimentos de desempregados. Esse crescimento assustador da miséria, pobreza e da violenta redução salarial (que caíram 14%, apenas em dezembro de 2023) são o outro lado da manutenção dos lucros monopolistas e do parasitismo financeiro. As massas empobrecem para que os capitalistas continuem lucrando. Esse é o plano de Milei para o país.

ÀS PORTAS DE UMA VIOLENTA OFENSIVA CONTRA O FUNCIONALISMO

Depois de publicada a Medida Administrativa 28/2024, se instrumenta o congelamento salarial do funcionalismo, baseado nas disposições do orçamento aprovado no início de 2023, sob o governo peronista de Alberto Fer-

nández. A MA 28/2024, estabelece que a negociação dos acordos coletivos com o funcionalismo se realizará “dentro do orçamento disponível no marco da Lei 27.701 ... tendendo à racionalização dos recursos do Estado nacional (Art. 3º)”, bem como elimina os reajustes via abonos (Art. 1º). Junto disso, se preparam dezenas de milhares de demissões para “reduzir os gastos do estado”. Em janeiro, foram demitidos 7 mil funcionários, e estima-se que podem ser 70 mil este ano. Com as ameaças das demissões em mãos, o governo pretende impor à força sua proposta aos sindicatos do funcionalismo para que aceitem as demissões e “aposentadorias voluntárias”, e dessa forma se possam “distribuir”, entre a massa salarial atual, os salários dos demitidos, passando a computar isso como aumento.

A pressão das bases do funcionalismo é muito grande, e a raiva contra o governo cresce a cada dia. A inflação acumulada desde 2015 é de 10.254%, enquanto o salário básico de um trabalhador estatal passou, de \$ 10.191, para \$283 mil. Se o salário tivesse aumentado de acordo com a inflação, deveria ser de \$1.055.228. Assim, os sindicatos já avisaram que irão rejeitar a proposta do governo. Exigem, ainda, um ajuste imediato de 46,6%, tendo em conta a inflação de janeiro (25%) e fevereiro (18,2%).

Veja-se que a burocracia já aceitou as perdas salariais de governos anteriores (de Macri e de Fernández), e de-

monstrou hipocrisia, ao defender um reajuste muito superior aos míseros 9% que assinou junto ao governo peronista, em dezembro de 2023; e de 16%, em janeiro, com Milei. É provável que a burocracia tenha apresentado os 46,6% para ter uma “margem razoável” de negociação e, assim, aceitar um índice um pouco mais baixo para apresentar como uma “vitória”.

AUMENTO DAS TARIFAS DESTRÓEM AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MASSAS

As tarifas de transportes, energia, água, gás, combustíveis e planos de saúde dispararam em fevereiro. As passagens de ônibus aumentaram 255%, para usuários que têm cartão de transporte, e 465% para aqueles que pagam por bilhete unitário. As dos trens aumentaram em até 170%, e em aproximadamente 120%, no caso do metrô. Estima-se que as de energia (rede elétrica) tenham subido 150%, na média nacional, e as moradias pobres e de bairros populares tenham subido 89%. Em março, se apresentarão os novos valores tarifários do gás: tudo indica que virá mais um golpe violento contra os assalariados.

No que diz respeito aos aluguéis, para os contratos vigentes entre 1 de julho de 2020 e 17 de outubro de 2023, o aumento será de 147% no valor mensal. Ao mesmo tempo, ficaram sem efeito os contratos anuais, e agora serão realizados a cada seis meses, e seu valor definido entre proprietário e inquilino “livremente”. Essas mudanças subirão os preços dos aluguéis de moradias e locais comerciais, atingindo duramente um setor da pequena burgue-

sia comerciante. Com a ausência de planos de obras públicas de moradias (paralisados), a oferta de aluguéis será monopolizada por capitalistas e médios proprietários, que poderão abusar do aumento de preços “livremente”. Situação que, paralelamente, poderá empurrar milhões a ocupar terrenos e construir moradias precárias, o que os colocará como alvos da repressão do estado e dos manejos de terras pelos bandos criminosos.

A mesma espiral inflacionária observa-se nos planos de saúde pré-pagos (privados), com 75% de aumento em média, ou nos medicamentos, aumento acima de 80% para remédios e produtos farmacêuticos básicos. O mesmo verifica-se no aumento nas universidades e escolas particulares: até 25% mais caras, e com reajustes mensais ou semestrais por virem. Quanto aos combustíveis, após a retirada dos subsídios estatais, os aumentos poderiam chegar a até 20%, apenas em fevereiro.

Trata-se da mais violenta transferência de ganhos dos bolsos populares aos dos grandes burgueses, imperialistas e nacionais, na história recente do país. E, nos próximos meses, irá agravar-se, se imposta a “desregulamentação” das obras sociais sindicais e a supressão do repasse de financiamento para os movimentos de desempregados (até que não passem pela “triagem do governo”).

O FMI MEXE NA CALCULADORA DO GOVERNO PARA GARANTIR O PARASITISMO FINANCEIRO

O superávit fiscal, em fins de janeiro-fevereiro, foi de US\$ 615 milhões, graças a um corte anual de 39% nos gastos primários, especialmente em previdências e contribuições em pensões (38%), programas sociais (24%) e corte dos subsídios destinados a ajudar no pagamento da conta de luz e gás a moradias e indústrias (14%). 70% do “poupado” saiu desses cortes, enquanto a dívida pública cresceu em US\$ 3 bilhões, em relação a 2023. O pagamento de juros quadruplicou, em relação a janeiro, quase US\$ 397 milhões. Fica claro que o que é cortado dos assalariados vai encher os bolsos do capital financeiro. O real programa de governo de Milei está exposto em números e objetivos.

A redução dos investimentos e da intervenção do Estado na economia, assim como a destruição de empregos e salários, tem por objetivo manter um superávit fiscal para pagar os credores

da dívida pública. Os capitalistas industriais e dos serviços foram compensados com o aumento dos preços, para equacionar a perda progressiva dos subsídios. Sequer existe um plano do governo para cobrar-lhes as dívidas fiscais e de pagamento de empréstimos que têm com o Estado. Menos ainda se planeja exigir investimentos para que os usuários tenham uma melhor prestação dos serviços.

Até a chegada de Milei à presidência, o estado subsidiou em até 90% os transportes (2% do PIB). Os subsídios à energia e gás chegavam a cobrir até um terço do preço pago pelas indústrias e moradias. Para o governo, a eliminação de subsídios significa “transparecer” os preços reais e impulsionar os investimentos. Para as massas, significa se afundar na miséria e no desespero. A intervenção do Estado na economia e nos serviços significava, ainda que limitadamente, preservar as condições mínimas de vida das massas, que agora tornam-se cada vez piores. A desvalorização dos salários e o aumento das tarifas retirou dos assalariados um montante equivalente a 1,13 bilhões de pesos argentinos, mesmo montante que comparece como “lucros adicionais” dos grandes capitalistas. Um montante bilionário (em dólares) será repassado ainda para o capital financeiro, via cortes orçamentários e privatizações. O empobrecimento generalizado das massas está em relação direta com os lucros dos capitalistas.

SÓ RESTA UMA SAÍDA: ROMPER COM AS INSTITUIÇÕES BURGUESAS E DESENVOLVER A LUTA DE CLASSES

É maciço o apoio da burguesia ao plano de Milei. Mas, também há receio de suas consequências para a luta de classes, e das tentativas de governar via decreto que levam à desestabilização das instituições que tanto lhe tem servido para atacar as massas. Milei conta a seu favor com a colaboração de classes, apesar das direções sindicais serem obrigadas a convocar paralisações e greves para dar vazão à pressão crescente das bases operárias, assalariadas e desempregadas. Fazem de tudo para evitar que radicalizem e recorram à ação direta unitária e nacional para barrar os ataques. Usam as greves e manifestações para negociar os ataques com o governo e para ajudar a oposição peronista a se fortalecer

eleitoralmente.

Sob controle das direções políticas e sindicais traidoras, e sem assumir um programa próprio discutido e deliberado em assembleias gerais e democráticas, amplamente convocadas, aprovando um plano comum de todos os explorados contra o governo e os capitalistas, baseado nos métodos da ação direta de massas, as massas estarão ainda sofrendo os ataques. Mas, a situação de barbárie as obrigará a superar esses obstáculos. É o que já se observa com os mais demais de 500 ocupações e bloqueios de rua de organizações de desempregados, exigindo que o governo repasse os fundos para subsídios e recursos para os empreendimentos produtivos barriais; com a greve dos trabalhadores da saúde, que estão em campanha salarial pela imediato aumento dos salários; com a greve dos ferroviários, contra a privatização e por aumento salarial; com os “painéis” convocados por direções e correntes estudantis, exigindo fim dos cortes orçamentários na Educação, etc.

Toda essa disposição de luta se manifesta dispersa e dividida por setores, que servem ao controle burocrático das direções sindicais peronistas e suas manobras para fortalecer as ilusões no Congresso, nas medidas e na “luta parlamentar” dos peronistas para defender suas condições de vida. É preciso projetar nacionalmente essa disposição de luta das massas e as unir sob um programa unitário de reivindicações, que defenda, em primeiro lugar, a derrubada dos ataques com a luta de classes. Mas, também, o fim do pagamento da dívida e a nacionalização do comércio exterior e dos bancos, sob controle operário; a distribuição de todas as horas de trabalho entre todos os aptos, sem reduzir o salário – escala móvel das horas de trabalho; o mínimo necessário para a reprodução das condições de existência de uma família de quatro pessoas, estabelecido pelas assembleias e reajustado automaticamente de acordo com os aumentos e à inflação – salário mínimo vital e móvel. É com esse “programa mínimo” que se forjará uma unidade nacional dos explorados contra a burguesia e o imperialismo. Sua defesa prepara melhores condições para as massas romperem com suas direções e avançar na derrota geral da burguesia e do governo. ●